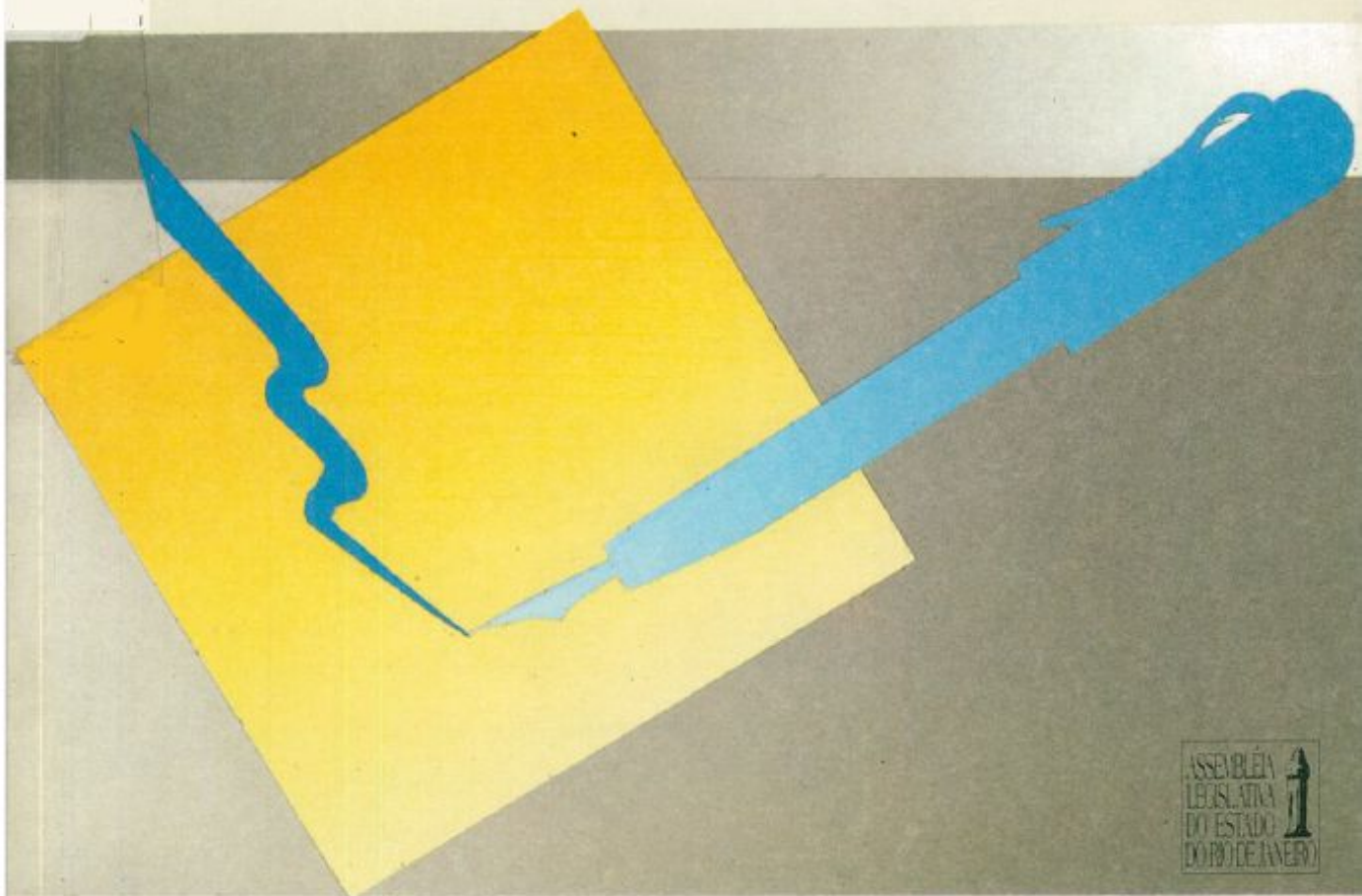


LUIZ EDUARDO REZENDE

O PENSAMENTO  
POLÍTICO  
DOS CONSTITUINTES  
ESTADUAIS  
DE 1975



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Biblioteca da Assembleia Legislativa

Criação por meio de Decreto de Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1964.

LUIZ EDUARDO REZENDE

- I — "O Parlamento estadual do Rio de Janeiro — os constituintes e o processo de 1975". Autor: Luiz Eduardo Rezende. Rio de Janeiro: Alameda, 1975.
- II — "O pensamento político dos constituintes estaduais de 1975". Autor: Joaquim Luiz Eduardo Rezende.
- III — "Os partidos e o regime de 1975". Autor: Joaquim Luiz Eduardo Rezende.
- IV — "Crise de liderança no novo Estado do Rio de Janeiro". Autor: Joaquim Luiz Eduardo Rezende.
- V — "O pensamento político dos constituintes estaduais de 1975". Autor: Joaquim Luiz Eduardo Rezende.
- VI — "A ordem e o processo de 1975". Autor: Joaquim Luiz Eduardo Rezende.
- VII — "Liderança de 1975 — Crise de liderança". Autor: Joaquim Luiz Eduardo Rezende.
- VIII — "Análise crítica e histórica do processo de 1975". Autor: Joaquim Luiz Eduardo Rezende.

### O PENSAMENTO POLÍTICO DOS CONSTITUINTES ESTADUAIS DE 1975



## COLEÇÃO TIRADENTES

Criada pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no ano do bicentenário da morte de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

- I — "O Parlamento estadual do Rio de Janeiro — da Proclamação da República até a fusão".  
*Autora: Prof.ª Maria Tereza Chaves de Mello.*
- II — "O pensamento político dos constituintes estaduais de 1975".  
*Autor: Jornalista Luiz Eduardo Rezende.*
- III — "Os pintores e o suplício de Tiradentes".  
*Autor: Jornalista José Costa.*
- IV — "Criação de Municípios no novo Estado do Rio de Janeiro".  
*Autor: Jornalista Jorge C. P. Nunes.*
- V — "O pensamento político dos constituintes estaduais de 1989".  
*Autor: Jornalista Paulo Cezar Pereira.*
- VI — "A defesa, a sentença e o advogado de Tiradentes".  
*Autor: Deputado José Valente.*
- VII — "Bicentenário de Tiradentes — Ciclo de Conferências".  
*Autores: Vicente Tapajós, Mario Barata, Américo Jacobina Lacombe e Carlos Wehrs.*
- VIII — "Análise crítica e doutrinária da sentença de Tiradentes".  
*Autor: Dr. João Baptista Corrêa de Mello.*
- IX — "A fusão e o novo Estado do Rio de Janeiro".  
*Autor: Deputado Paulo Duque.*

R467p

Rezende, Luiz Eduardo

O pensamento político dos constituintes estaduais de 1975 / Luiz Eduardo Rezende. — 3ª edição. — Rio de Janeiro: ALERJ, 1992.

84 p.

(Coleção Tiradentes; 2)

1. Constituintes Estaduais de 1975 — Pensamento Político — Rio de Janeiro (Estado)  
I. Título. II. Série.

CDU — 342.4

# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Biblioteca da Assembléia Legislativa

LUIZ EDUARDO REZENDE

# O PENSAMENTO POLÍTICO DOS CONSTITUINTES ESTADUAIS DE 1975

3ª EDIÇÃO

COLEÇÃO TIRADENTES  
VOLUME II

Rio de Janeiro  
1992

COLEÇÃO TIRADENTES

Coordenação Geral  
DEPUTADO PAULO DUQUE

SUPERVISÃO DIVERSIFICADA

Fleming Baptista Furtado  
José Carlos Torres Coelho

Antonio Pereira Leitão  
Maria Cristina Ribas Gonzalez

PESQUISA HISTÓRICA E BIBLIOGRÁFICA

José Costa  
Anna Maria Índio do Brasil  
Áurea Carneiro da Cunha  
Rogéria Gomes

Teresa Cristina Vilela Monteiro  
Maria Marly Ferreira de Souza  
Mônica Maria Martins de Araújo  
Otávia Maria Moreira Moscoso

PESQUISAS EM MUSEUS E ENTIDADES CULTURAIS

Carlos Eduardo Maria Teixeira  
Elias Salim Filho  
Anna Maria Índio do Brasil

Rogéria Gomes  
Teresa Cristina Vilela Monteiro  
José Costa

APOIO NA BIBLIOTECA "D. MARIA PORTUGAL DUQUE COSTA" (ALERJ)

Maria Antonietta Requião Piedade  
Vera Lúcia Martins Morgado

Marília Duque Reis  
Nelma Maria Magalhães

PROGRAMAÇÃO VISUAL, ILUSTRAÇÕES E PAGINAÇÃO

Antônio Pereira da Silva

Luiz Fernando da Silva Reis (I.O.)

Regina Leitão (I.O.)

EDITORIAÇÃO (I.O.)

Luiz Alberto Álvares de Azevedo Mendes

José Francisco da Cruz

FOTOCOMPOSIÇÃO (I.O.)

José Viana de Sousa  
Carlos Henrique Garcia Freire

Laécio Ribeiro Tavares

Nilça Maria da Silva Grieco  
Isaac Francisco de Oliveira Neto

ARTE-FINAL (I.O.)

Wanderley de Moraes Silva

Marcionilo Gomes Macabu

Maubi Santos da Rosa

PROGRAMAÇÃO GRÁFICA DA ALERJ

Fernando Hungria

APOIO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Zorohar Menezes

Jorgel Halim Haddad

APOIO NO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GRÁFICOS

Severino Maria Ribeiro

Carlos Henrique Aranha

Paulo Neves

COLABORAÇÃO EVENTUAL

Professor Jovenal Alcântara

Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

APOIO DIVERSIFICADO

Solon Soares de Souza  
Wagner Raposo G. Pena

Paulo Roberto Neves  
Denise Eichler

Prof. Milton Teixeira  
Nildson de Mirandella Byron

William Barbosa  
Orlandina Tarquinio

Daisi Lúcida Cantizani Malafaia  
Sônia Tarquinio

Carlos Henrique da Costa Leite  
Iraci Fernandes Pacheco

Fernando Henriques Gonçalves

Miguel Camilo Jorge

Máris Soares Honigman

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

Carlos Augusto Costa Rodrigues

Heloisa Lustosa

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Prof. Vicente Tapajós  
Prof. Pedro Tortina

Prof. Herculano Gomes Mathias  
Darcélia Georg Lopes

BIBLIOTECA NACIONAL

Prof. Milton Teixeira

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

José Neves Bittencourt

Rosângela de Almeida Costa

FOTOS

Emídio Barros Gonzaga  
José Nagelstein

José Rostham de Farias Barreto de Macedo  
José Francisco da Silva

Edwin Torres Gonzaga

CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI

Maria Marly Ferreira de Souza

Maurício Monteiro de Oliveira

SERVIÇOS DATILOGRÁFICOS

Magda Beatriz Ramalho Forni  
Yonne Guimarães Ennes  
Dalva Francisquini de Mattos  
Maria Lúcia da Silva Narciso

Mayta Ramos Lima  
Raquel Soares  
Olga Baptista  
Deuzimar Paulo Bedê



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MESA DIRETORA

1991-1993

JOSÉ NADER  
Presidente

PALMIR SILVA  
1º Vice-Presidente

JOSÉ VALENTE  
2º Vice-Presidente

DAISY LÚCIDI  
3º Vice-Presidente

PAULO DUQUE  
1º Secretário

GRAÇA MATOS  
2º Secretário

BARBOSA LEMOS  
3º Secretário

ANTONIO  
DE CARVALHO  
4º Vice-Presidente

ALBERTO BRIZOLA  
4º Secretário

PEDRO FERNANDES  
1º Suplente

FERNANDO  
GONÇALVES  
2º Suplente

ADILMAR ARCENIO  
3º Suplente

ANTONIO FRANCISCO  
NETO  
4º Suplente

ADINAR FRANCO  
Secretário-Geral da Mesa Diretora

*Para Alexandra, companheira e fonte de inspiração*

*Para Rodrigo e Felipe, motivos de vida e luta*

## SUMÁRIO

Prefácio.....	11
Sem contestação.....	17
Dois caciques.....	20
Declarações de votos.....	30
Promulgação.....	64

## PREFÁCIO

*Maus tempos aqueles em que um presidente da República resolvia transformar duas unidades da Federação numa só — e ninguém podia contestar. O meu sentimento carioca levou-me a lamentar — e lamento até hoje — o ato do General Ernesto Geisel, acabando com um Estado, como o da Guanabara, que, depois de enfrentar sérias dificuldades, firmava-se no país como uma das nossas regiões mais prósperas e mais viáveis. Para se ter uma idéia, nos últimos anos do Governo Negrão de Lima, o orçamento do Estado permitia uma taxa de investimento superior a 30 por cento, maior do que a dos países mais prósperos do mundo, na época, como, por exemplo, o Japão.*

*Agora, Luiz Eduardo Rezende traz de volta todos aqueles acontecimentos que culminaram com a elaboração de uma Constituição para o novo Estado do Rio de Janeiro — e que devem ser examinados por todos os brasileiros como o retrato de uma época que, definitivamente, não pretendemos ver repetida no Brasil. Ainda bem que tal tarefa foi entregue a Luiz Eduardo, possivelmente o jornalista que mais entende de política do Estado do Rio. Ele sabe quem é quem e quais foram os interesses que estavam por trás daquela decisão que prejudicou a economia de dois Estados. A fusão, como se sabe, desrespeitou as mais primárias regras da democracia, como a própria Matemática, pois a soma de dois Estados apresentou resultados inferiores às próprias parcelas.*

*Luiz Eduardo Rezende presta, com este trabalho, um grande serviço aos cariocas e aos fluminenses.*

SÉRGIO CABRAL

# ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE ESTADUAL

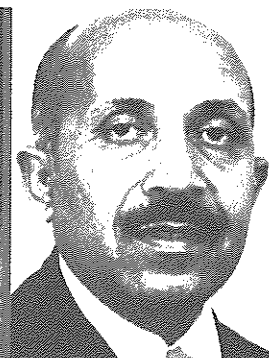
## MESA DIRETORA



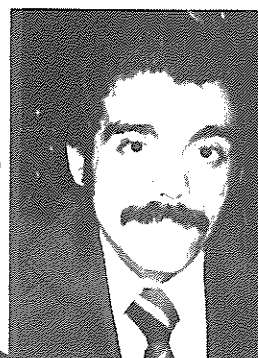
JOSÉ PINTO  
Presidente



JAYME CAMPOS  
1º Vice-Presidente



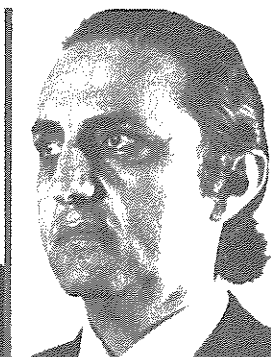
JORGE LIMA  
2º Vice-Presidente



ÁTILA NUNES  
3º Vice-Presidente



MÁRCIO MACEDO  
1º Secretário



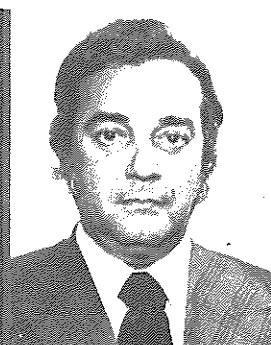
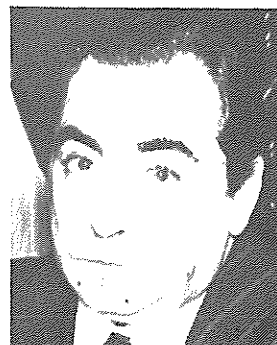
WILMAR PALIS  
2º Secretário



JORGE LEITE  
3º Secretário



SILVÉRIO DO ESPÍRITO SANTO  
4º Secretário





# COMISSÃO CONSTITUCIONAL

## COMISSÃO ESPECIAL DE NORMAS INTERNAS



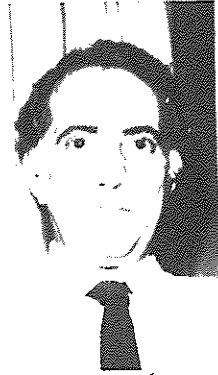
**PAULO DUQUE**  
Presidente



**OSIRES DE PAIVA**  
1º Vice-Presidente



**FRANCISCO DA GAMA LIMA**  
2º Vice-Presidente



**AMADEU CHÁCAR**  
Relator-Geral



**LÁZARO DE CARVALHO**  
Relator-Adjunto

**MEMBROS**  
Eliete Membro da Passagem  
Núcleo de OUVRAM  
Geraldo André  
Feliciano Costa

**SUBSTITUTOS**  
Cláudio Moura  
Inês de Sá/  
Henrique Passalunghi  
Alvaro Tavares  
Edição Faria  
Luís Carlos Cruz

## COMISSÃO ESPECIAL DE REDAÇÃO



**GILBERTO RODRIGUEZ**  
Presidente



**PAULO PFEIL**  
Vice-Presidente

**RELATOR**  
Deputado Paulo Duque  
autor de Acórdão Interno  
da Assembleia Constituinte

**MEMBROS**  
Alberto Torres  
Dionísio Alvaranga  
Flora de Cunha  
Francisco Lourenço  
Lázaro de Carvalho



## LIDERANÇAS

MDB

MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO  
BRASILEIRO



JOSÉ MARIA DUARTE  
Líder da Maioria



CLÁUDIO MOACYR  
Líder da Base do (MDB)

VICE-LÍDERES  
Pedro Fernandes  
Sérgio Maranhão  
Ely de Carvalho  
Edésio Frias  
Luiz Carlos Cruz  
Aloysto Maria Teixeira

VICE-LÍDERES  
Lázaro de Carvalho  
Alves de Brito  
Fernando Leandro  
Sívio Lessa  
Jorge Bedran  
Marcelo Drable



SANDRA CAVALCANTI  
Líder da Minoria



LUÍZ FERNANDO LINHARES  
Líder da Base do (ARENA)

VICE-LÍDERES  
Edson Guimarães  
Sant'Anna Filho  
Paulo Pfeil

VICE-LÍDERES  
Flávio Palmier da Veiga  
Josias Ávila  
Paulo Nascimento

ARENA

ALIANÇA  
RENOVADORA  
NACIONAL

## SEM CONTESTAÇÃO

*"Os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara passarão a constituir um Estado único, sob a denominação de Estado do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975.*

*Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Ernesto Geisel — Presidente da República."

A Lei Complementar Número 20, que criou o novo Estado do Rio de Janeiro, foi assinada pelo Presidente Ernesto Geisel na manhã do dia 3 de junho de 1974. O Brasil vivia sob regime militar. Era o tempo da tortura, do bipartidarismo, da censura aos meios de comunicação, do Congresso Nacional acuado pela força arbitrária do Executivo e das instituições democráticas feridas gravemente pelo Ato Institucional n.º 5. Tempo também do embrião da abertura, que Geisel queria lenta e gradual.

A idéia da fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara partiu do então Deputado Federal Célio Borja, da Arena da Guanabara, hoje Ministro da Justiça do governo Collor de Mello, que convenceu o Presidente Geisel da necessidade de um novo Estado.

Célio Borja, Secretário de Planejamento e Orçamento do Governo Carlos Lacerda no Estado da Guanabara, de 1960 a 1965, levou para Brasília estudos técnicos de profundidade para justificar a fusão. Argumentou com o Presidente que a Guanabara, cidade-estado, não crescia economicamente desde que a Capital Federal se mudara para o Planalto Central, porque se tornara basicamente uma cidade de serviços e não atraía investimentos industriais, entre outros motivos por causa do alto custo dos terrenos.

A tese de Célio Borja foi contestada pelos adversários da fusão. A Guanabara, na verdade, era um estado próspero, com a segunda maior arrecadação do país — só perdendo para São Paulo — capaz de realizar obras públicas de grande porte, embora dirigida por Chagas Freitas, um governador de oposição moderada, duvidosa mesmo, ao Poder Central.

Pobre era o antigo Estado do Rio. Com extensão territorial muito maior do que a Guanabara e imensas áreas livres nos municípios do interior, tinha pequena atividade industrial e agricultura decadente. O Governador Geremias Fontes, apesar de pertencer à Arena, o partido de sustentação do regime militar, não conseguia atrair investimentos federais e o Estado do Rio, sem perspectivas econômicas, empobrecia a cada ano.

Foi nesse contexto que vingou a idéia da fusão, um ato unilateral do General Ernesto Geisel. As populações dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, diretamente interessadas, não foram consultadas. Nem mesmo as lideranças políticas, empresariais e comunitárias puderam opinar se desejavam a fusão ou como ela deveria ser encaminhada.

O Presidente Ernesto Geisel encarregou o Deputado Federal Célio Borja de elaborar o anteprojeto de lei da fusão. Borja ouviu algumas lideranças dos dois estados, mas a palavra final, a decisão, foi somente dele. Nem mesmo os companheiros de partido influenciaram no anteprojeto. Célio Borja não estava cumprindo uma missão partidária, democrática. O compromisso era com o Executivo, com o Presidente da República.

O anteprojeto da fusão foi entregue ao Presidente Geisel e, a partir daí, Célio Borja perdeu completamente o controle sobre sua obra. Geisel apresentou o trabalho numa reunião ministerial. Nenhum ministro se atreveu a contestá-lo. No regime militar a decisão do Presidente era inquestionável. O anteprojeto de lei da fusão foi, então, enviado ao Congresso Nacional.

Em época de normalidade democrática caberia ao Congresso discutir, modificar, vetar em parte ou até integralmente a proposta do Executivo. Durante os governos militares, deputados e senadores eram figuras quase que decorativas, apenas referendavam, davam legitimidade às decisões tomadas no Palácio do Planalto. E foi exatamente o que aconteceu com a fusão.

O Governo tinha esmagadora maioria no Congresso Nacional. Além dos parlamentares da Arena, contava com a boa vontade de muitos deputados e senadores do MDB, que faziam uma espécie de oposição de fachada. Sempre votavam com o Executivo, com medo das constantes cassações de mandatos ou em troca de favores pessoais.

Como se exercessem a plena democracia, os deputados e senadores discutiram exaustivamente o anteprojeto de lei da fusão e até fizeram pequenas emendas ao texto original. Nada que alterasse o fundamental. Todas as emendas foram aprovadas com o consentimento do Palácio do Planalto. A obra de Célio Borja passou praticamente intacta pelo crivo do Congresso.

O anteprojeto voltou ao Palácio do Planalto, para a sanção do Presidente Ernesto Geisel, como Lei Complementar Número 20. Estava decretada a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Para governar o novo Estado do Rio de Janeiro, Geisel nomeou um colega militar, amigo dileto, o Almirante Floriano Peixoto Faria Lima.

Os resultados da fusão são, no mínimo, discutíveis. A Guanabara ficou mais pobre e o Estado do Rio não enriqueceu. O próprio Célio Borja, 15 anos depois, reconhecia que a evolução econômica do novo Estado foi muito mais lenta do que ele previu e desejou. Os números demonstram essa lentidão.

Em 1970, a participação da Guanabara na produção industrial brasileira era de 15% e no comércio chegava a 12%. Nada mau para uma cidade-estado. Em 1990, a indústria do Rio de Janeiro participou com 7% da produção nacional e o comércio com 6% das vendas, uma queda vertiginosa.

A cidade do Rio de Janeiro, quando Estado da Guanabara, tinha a segunda maior arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias do país, só perdia para São Paulo. Depois da fusão ficou com apenas 5% do que arrecada de ICM. O resto vai para o interior que, apesar disso, não consegue emergir do processo de esvaziamento econômico. Houve uma espécie de socialização da miséria.

Abandonado à própria sorte pelo Governo Federal, o novo Estado do Rio de Janeiro até hoje não se livrou da embrulhada econômica e administrativa provocada pela fusão. O Município do Rio, Capital do Estado, assumiu novos encargos enquanto perdia receita. Atualmente administra e sustenta três vezes mais escolas do que a cidade de São Paulo.

O interior também foi abandonado. A maior parte dos gastos públicos é concentrada na Região Metropolitana, onde vivem 80% da população. A metade dos habitantes do Estado do Rio mora na Capital, 20% estão na Baixada Fluminense, 10% em Niterói e São Gonçalo, e apenas 20% nos demais Municípios.

A distribuição desigual da população gerou uma perversa divisão das verbas e dos investimentos públicos. O resultado foi a favelização, o aumento da criminalidade, o empobrecimento dos moradores das cidades-dormitórios da Baixada Fluminense, e a não fixação do homem nas lavouras do interior do Estado. A decadência econômica e social é sentida hoje em todo o Estado do Rio de Janeiro.

## DOIS CACIQUES

As primeiras dificuldades da fusão aconteceram bem antes da posse do Almirante Faria Lima, em 15 de março de 1975. Era preciso eleger uma Assembléia Estadual Constituinte que representasse os interesses dos dois Estados fisicamente próximos, mas econômica, social e politicamente muito distantes. Essas diferenças se acentuaram na eleição de 1974.

A disputa eleitoral teve, de um lado, a Arena, insignificante na Guanabara e com razoável poder de influência nos pequenos Municípios do Estado do Rio. De outro, o MDB dividido, dominado por dois *caciques*: Antônio de Pádua Chagas Freitas e Ernani do Amaral Peixoto.

Chagas Freitas, Governador da Guanabara, representava oposição consentida aos militares do Poder Central. Era o único governador que não pertencia à Arena e, para o regime militar, servia como exemplo de que no Brasil a oposição também podia chegar ao poder. Chagas, segundo seus inimigos políticos, não passava de um aliado dos generais.

Iniciado na política pelo ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, Chagas Freitas conciliava com os poderosos e controlava com mão de ferro os seus seguidores. Aos inimigos perseguia implacavelmente, aos amigos jamais negou benesses. Através dos jornais O DIA e A NOTÍCIA, de grande penetração nas camadas mais pobres e conseqüentemente mais numerosas da população, elegia vereadores, deputados e senadores com votações consagradoras, mas exigia deles fidelidade absoluta.

Chagas Freitas sabia agradar aos mais necessitados. Como governador, atendia prontamente aos pedidos de políticos do seu grupo. Dava empregos públicos, iluminava e calçava ruas nas comunidades carentes. Esses favores eram atribuídos a vereadores e deputados. Depois de quatro mandatos como deputado federal, Chagas não precisava mais de promoção pessoal, até porque jamais concorreu a uma eleição direta para cargo majoritário.

O fisiologismo rendeu um império para Chagas Freitas. Durante a década de 70, ele e seus seguidores eram imbatíveis nas urnas do Rio. A eleição de 74 para a Constituinte Estadual provou a força do chaguismo, que só veio a ser varrido do mapa político do Estado em 1982, substituído pelo brizolismo.

Do outro lado da Baía da Guanabara o *cacique* era Ernani do Amaral Peixoto. Almirante reformado, genro de Getúlio Vargas, Amaral nunca trilhou os caminhos do trabalhismo. Era do PSD, linha auxiliar de Getúlio no campo, ninho de políticos habilidosos.

Amaral Peixoto amealhava seus votos na Capital, Niterói, e principalmente nos pequenos Municípios do interior do Estado, em troca dos favores que fez às lideranças de pequeno porte durante os 40 anos em que esteve no poder ou muito próximo dos poderosos.

O Almirante Ernani do Amaral Peixoto foi parar no MDB por acaso. Jamais teve perfil de político de oposição. Quando se casou com Alzira Vargas, a Alzirinha, filha de Getúlio Vargas, se tornou homem de confiança do Grande Chefe. Foi interventor e governador do Estado do Rio e firmou liderança no velho PSD.

A estranha política dos antigos Estados do Rio e da Guanabara, na década de 70, fez de Amaral Peixoto não só um *cacique* provinciano, mas também, e principalmente, o protetor do Grupo Autêntico do MDB, formado por militantes de esquerda, perseguidos por Chagas Freitas, que lutavam por liberdades democráticas e pela volta do país ao estado de direito através da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Os esquerdistas só se separaram de Amaral quando ele deixou o MDB para entrar na Arena e ser nomeado pelo Presidente Ernesto Geisel senador biônico da República.

As eleições para a Constituinte Estadual, em 1974, tiveram a marca da disputa entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto. Uma guerra que se tornaria mais aberta nos anos subseqüentes. Cada um dominando uma área, os dois se lançaram à caça dos votos que poderiam lhes dar o poder no novo Estado.

Chagas tinha o apoio da maioria esmagadora dos eleitores cariocas e de alguns candidatos chamados fisiológicos, no antigo Estado do Rio. Amaral contava com a militância aguerrida de esquerda na Guanabara, mas enfrentava em seus próprios domínios uma Arena razoavelmente forte nos pequenos municípios do interior fluminense.

As urnas não revelaram surpresas. O MDB fez maioria absoluta na Constituinte Estadual, com 63 dos 94 Deputados eleitos. A Arena só conseguiu eleger 31.

Foram eleitos os seguintes Deputados Estaduais Constituintes:

Alberto Dauaire — MDB  
Alberto Torres — Arena  
Aloysio Teixeira — MDB

Aluísio Gama — MDB  
Amadeu Chacar — MDB  
Frota Aguiar — MDB

Antônio Alexandre — Arena  
 Antônio Gomes — MDB  
 Antônio Gaspar — MDB  
 Astor Mello — Arena  
 Átila Nunes — MDB  
 Claudio Moacyr — MDB  
 Darcy Rangel — MDB  
 Délio dos Santos — MDB  
 Dilson Alvarenga — MDB  
 Edésio Frias — MDB  
 Edson Guimarães — Arena  
 Edson Khair — MDB  
 Elcy de Carvalho — MDB  
 Emmanuel Cruz — MDB  
 Saramago Pinheiro — Arena  
 Feliciano Costa — Arena  
 Fernando Leandro — MDB  
 Fidélis Amaral — Arena  
 Flávio Palmier — Arena  
 Francisco Amaral — MDB  
 Francisco Gama Lima — Arena  
 Francisco Lomelino — MDB  
 Silbert Sobrinho — MDB  
 Frederico Padilha — Arena  
 Frederico Trotta — MDB  
 Geraldo André — Arena  
 Geraldo Araújo — MDB  
 Geraldo di Biase — MDB  
 Gil Marques — MDB  
 Gilberto Rodriguez — MDB  
 Heitor Furtado — Arena  
 Hélio Gomes — MDB  
 Henrique Pessanha — MDB  
 Hilza Maurício da Fonseca — MDB  
 Ítalo Bruno — Arena  
 Jair Costa — MDB  
 Jayme Campos — MDB  
 Joaquim Jóia — MDB  
 Ruy Queiroz — Arena  
 Joel Vivas — MDB  
 Jorge Bedran — MDB

Jorge David — Arena  
 Jorge Lima — Arena  
 Jorge Leite — MDB  
 Alves de Brito — MDB  
 Flores da Cunha — MDB  
 José Maria Duarte — MDB  
 José Miguel — Arena  
 José Nader — Arena  
 José Pinto — MDB  
 José Vaz — Arena  
 Victorino James — Arena  
 Josias Ávila — Arena  
 Júlio Louzada — Arena  
 Juvêncio Sant'Anna — MDB  
 Lázaro de Carvalho — MDB  
 Luiz Carlos Cruz — MDB  
 Luiz Carlos Soares — MDB  
 Luiz Fernando Linhares — Arena  
 Marcelo Drable — MDB  
 Márcio Macedo — MDB  
 Maria Rosa — MDB  
 Mário Saladini — MDB  
 Maurício Pinkusfeld — Arena  
 Nadyr de Oliveira — MDB  
 Nestor Nascimento — MDB  
 Odair Gama — Arena  
 Osíris de Paiva — MDB  
 Otíme dos Santos — MDB  
 Paschoal Cittadino — MDB  
 Paulo Albernaz — MDB  
 Paulo Duque — MDB  
 Paulo Nascimento — Arena  
 Paulo Pfeil — Arena  
 Pedro Fernandes — MDB  
 Pedro Ferreira da Silva — MDB  
 Rubens Ferraz — MDB  
 Salomão Filho — MDB  
 Sandra Cavalcanti — Arena  
 Sandra Salim — MDB  
 Sebastião Menezes — MDB  
 Sérgio Maranhão — MDB

Silvério do Espírito Santo — MDB  
 Sílvio Lessa — MDB  
 Sant'Anna Filho — Arena

Valdílio Vilas Boas — Arena  
 Waldir Costa — MDB  
 Wilmar Palis — Arena

Dos 31 Constituintes eleitos pela Arena, 19 eram do antigo Estado do Rio e 12 da Guanabara. Dos 63 emedebistas, 38 foram eleitos pela Guanabara e 25 pelo Estado do Rio. Essa composição sinalizava sobre quem mandaria no novo Estado.

	ARENA	MDB
GB	12	38
RJ	19	25

A supremacia chaguista fica evidente na correlação de forças dentro do MDB. Chagas elegeu 38 dos 63 Deputados e Amaral Peixoto 25.

## CHAGAS FREITAS

Aloysio Teixeira  
 Frota Aguiar  
 Antônio Gomes  
 Átila Nunes  
 Claudio Moacyr  
 Darcy Rangel  
 Dilson Alvarenga  
 Edésio Frias  
 Elcy de Carvalho  
 Emmanuel Cruz  
 Fernando Leandro  
 Silbert Sobrinho  
 Frederico Trotta  
 Geraldo Araújo  
 Gilberto Rodriguez  
 Henrique Pessanha  
 Hilza Maurício da Fonseca  
 Jair Costa  
 Joaquim Jóia

Joel Vivas  
 Jorge Leite  
 José Maria Duarte  
 José Pinto  
 Luiz Carlos Cruz  
 Márcio Macedo  
 Maria Rosa  
 Mário Saladini  
 Nadyr de Oliveira  
 Nestor Nascimento  
 Paschoal Cittadino  
 Paulo Duque  
 Pedro Fernandes  
 Pedro Ferreira da Silva  
 Salomão Filho  
 Sandra Salim  
 Sebastião Menezes  
 Sérgio Maranhão  
 Sílvio Lessa

## AMARAL PEIXOTO

Alberto Dauaire	Alves de Brito
Aluísio Gama	Flores da Cunha
Amadeu Chácar	Juvêncio Sant'Anna
Antônio Gaspar	Lázaro de Carvalho
Délio dos Santos	Luiz Carlos Soares
Edson Khair	Marcelo Drable
Francisco Amaral	Osiris de Paiva
Francisco Lomelino	Otime dos Santos
Geraldo di Biase	Paulo Albernaz
Gil Marques	Silvério do Espírito Santo
Hélio Gomes	Rubens Ferraz
Jayme Campos	Waldir Costa
Jorge Bedran	

A vitória do chaguismo no MDB significou também a supremacia da Guanabara sobre a antigo Estado do Rio na bancada:

## GUANABARA

Aloysio Teixeira	Joel Vivas
Aluísio Gama	Jorge Leite
Frota Aguiar	Flores da Cunha
Antônio Gomes	José Maria Duarte
Átila Nunes	José Pinto
Darcy Rangel	Luiz Carlos Cruz
Délio dos Santos	Maria Rosa
Dilson Alvarenga	Mário Saladini
Edésio Frias	Nadyr de Oliveira
Edson Khair	Nestor do Nascimento
Elcy de Carvalho	Paschoal Cittadino
Emmanuel Cruz	Paulo Duque
Fernando Leandro	Pedro Fernandes
Silbert Sobrinho	Pedro Ferreira da Silva
Frederico Trotta	Salomão Filho
Geraldo Araújo	Sandra Salim
Hilza Maurício da Fonseca	Sebastião Menezes
Jair Costa	Sérgio Maranhão
Joaquim Jóia	

## ESTADO DO RIO

Alberto Dauaire	Alves de Brito
Amadeu Chácar	Juvêncio Sant'Anna
Antônio Gaspar	Lázaro de Carvalho
Claudio Moacyr	Luiz Carlos Soares
Francisco Amaral	Marcelo Drable
Francisco Lomelino	Márcio Macedo
Geraldo di Biase	Osiris de Paiva
Gil Marques	Otime dos Santos
Gilberto Rodriguez	Paulo Albernaz
Hélio Gomes	Rubens Ferraz
Henrique Pessanha	Silvério do Espírito Santo
Jayme Campos	Sílvio Lessa
Jorge Bedran	Waldir Costa

Nem Chagas nem Amaral conseguiram avançar muito nos domínios do outro. Quatro emedebistas eleitos pela Guanabara eram amaralistas; Aluísio Gama, que no decorrer do mandato acabou virando chaguista, Délio dos Santos, Edson Khair e Flores da Cunha. E cinco eleitos pelo antigo Estado do Rio eram chaguistas: Cláudio Moacyr, Gilberto Rodriguez, Henrique Pessanha, Sílvio Lessa e Márcio Macedo.

Na Arena, como era esperado, a maioria dos Constituintes foi eleita pelo antigo Estado do Rio.

## RIO DE JANEIRO

Alberto Torres	Jorge Lima
Antônio Alexandre	José Nader
Astor Mello	José Vaz
Saramago Pinheiro	Josias Ávila
Feliciano Costa	Luiz Fernando Linhares
Flávio Palmier	Odaír Gama
Frederico Padilha	Paulo Nascimento
Geraldo André	Paulo Pfeil
Ruy de Queiroz	Valdílio Vilas Boas
Jorge David	

## GUANABARA

Edson Guimarães	Victorino James
Fidélis Amaral	Júlio Louzada
Francisco Gama Lima	Maurício Pinkusfeld
Heitor Furtado	Sandra Cavalcanti
Ítalo Bruno	Sant'Anna Filho
José Miguel	Wilmar Palis

A superioridade do MDB sobre a Arena, do chaguismo sobre o amaralismo e da Guanabara sobre o antigo Estado do Rio, se refletiu na composição da Mesa Diretora da Assembléia Constituinte do novo Estado, formada por 12 Deputados escolhidos pelo critério da proporcionalidade partidária, como é praxe no parlamento brasileiro. Dos 12, oito eram do MDB e quatro da Arena.

Na Mesa Diretora, o MDB colocou quatro deputados da Guanabara, ligados a Chagas Freitas, e quatro do Estado do Rio, três dos quais seguiram a orientação de Amaral Peixoto. A Arena não privilegiou o Estado do Rio, onde elegeu a maior parte de sua bancada. Deu duas cadeiras para cada grupo. A Mesa foi composta da seguinte maneira:

- Presidente — José Pinto  
 1.º Vice-Presidente — Jayme Campos  
 2.º Vice-Presidente — Jorge Lima  
 3.º Vice-Presidente — Átila Nunes  
 1.º Secretário — Márcio Macedo  
 2.º Secretário — Wilmar Palis  
 3.º Secretário — Jorge Leite  
 4.º Secretário — Silvério do Espírito Santo  
 5.º Secretário — Jorge David  
 1.º Suplente — Sebastião Menezes  
 2.º Suplente — Hélio Gomes  
 3.º Suplente — Fidelis Amaral

Essa composição tirou da Arena qualquer possibilidade de influenciar no comando da Assembléia Legislativa do novo Estado do Rio de Janeiro. Os cargos ocupados por integrantes do partido minoritário eram quase decorativos na Mesa: Segunda Vice-Presidência, Segunda Secretaria, Quinta Secretaria e Terceira Suplência.

Os chaguistas abocanharam os dois cargos mais importantes, a Presidência e a Primeira Secretaria, e ainda ficaram com a Terceira Vice-Presidência, a Terceira Secretaria e a Primeira Suplência. Os amaralistas ganharam cargos intermediários, mais importantes do que os ocupados por Deputados da Arena, mas sem o poder dos chaguistas.

Eleita a Mesa Diretora, os Deputados Constituintes começaram as negociações para a escolha dos Líderes e Vice-Líderes dos partidos, da Maioria e da Minoria na Assembléia. A composição desses Colégios também obedeceu aos critérios de proporcionalidade, mas no MDB teve peso a luta interna entre chaguistas e amaralistas.

A Maioria ficou totalmente nas mãos dos chaguistas. O Líder escolhido foi José Maria Duarte, um deputado folclórico, mágico de profissão, que não se importava de ser chamado de fisiológico e travou da tribuna combates ora grotescos, ora engraçados, tanto com integrantes da Arena quanto com os amaralistas de seu próprio partido. Para Vice-Líderes foram eleitos na Bancada os também chaguistas Pedro Fernandes, Sérgio Maranhão, Elcy de Carvalho, Edésio Frias, Luiz Carlos Cruz e Aloysio Teixeira. O Líder e todos os Vice-Líderes da Maioria eram deputados da Guanabara.

Os amaralistas ganharam algumas Vice-Lideranças da Bancada. Para Líder da Bancada do MDB foi escolhido o chaguista Claudio Moacyr e para Vice-Líderes Lázaro de Carvalho, Alves de Brito, Fernando Leandro, Sílvio Lessa, Jorge Bedran e Marcelo Drable. Os chaguistas eram implacáveis quando tinham vantagem. Teoricamente, se a Maioria ficou com a Guanabara, a Bancada deveria ficar com o Estado do Rio. Mas não foi isso que aconteceu. Além de forçarem a inclusão dos Vice-Líderes Fernando Leandro e Sílvio Lessa, os chaguistas ainda obrigaram os amaralistas a aceitar Leandro como representante da Guanabara, uma espécie de intruso no grupo.

Chagas Freitas começava a massacrar Amaral Peixoto na política do novo Estado do Rio de Janeiro. Dos 14 deputados que compunham o Colégio de Líderes e Vice-Líderes do MDB, ele fez 10 do seu grupo, inclusive os dois Líderes, enquanto Amaral conseguiu eleger apenas quatro. A Guanabara, principal reduto chaguista, entrou com oito, deixando seis para representantes do antigo Estado do Rio.

A escolha dos Líderes e Vice-Líderes da Arena foi mais tranqüila. A liderança da Maioria ficou com a Deputada Sandra Cavalcanti, da Guanabara, enquanto para Vice-Líderes foram eleitos Edson Guimarães, Sant'Anna Filho e Paulo Pfeil, o único do antigo Estado do Rio.

Para a Liderança da Bancada foi escolhido Luiz Fernando Linhares, que teve como Vice-Líderes Flávio Palmier, Josias Ávila e Paulo Nascimento, todos do Estado do Rio.

Dos oito Líderes e Vice-Líderes da Arena, cinco eram do antigo Estado do Rio e três da Guanabara, observada a proporcionalidade, mas as lideranças foram divididas entre os dois Estados, ficando a Guanabara com a Maioria e o Estado do Rio com a Bancada.

Compostos a Mesa Diretora e o Colégio de Líderes, o próximo passo dos Constituintes foi escolher uma Comissão Constitucional para elaborar um anteprojeto de Constituição, a ser discutido posteriormente em plenário, onde receberia emendas e substitutivos para se chegar ao texto final da Carta. A Comissão tinha 58 membros, 42 titulares e 16 suplentes. Novamente foi usado o critério de proporcionalidade para definir quantos representantes cada partido teria direito na Comissão Constitucional.

O MDB ficou com a maior parte do bolo entre os titulares: 31 contra apenas 11 da Arena. Mas entre os suplentes a Arena elegeu nove contra sete do partido majoritário. A Mesa Diretora da Comissão Constitucional ficou assim constituída:

Presidente — Frederico Trotta

Relator — Gilberto Rodriguez

Vice-Presidentes — Saramago Pinheiro, Antônio Gaspar e Frota Aguiar.

Na Mesa, o MDB ficou com quatro representantes e a Arena com apenas um, Saramago Pinheiro. Dois representantes do antigo Estado do Rio e dois da Guanabara dividiram os cargos do MDB, mas três deles eram chaguistas, inclusive o Presidente e o Relator. Apenas um, Antônio Gaspar, era amaralista.

O trabalho da Comissão Constitucional durou 128 dias, durante os quais o MDB fez valer a sua condição de partido majoritário e os chaguistas não deram oportunidade aos amaralistas de introduzir emendas que significassem uma esquadização do texto constitucional em elaboração.

Garantir um texto conservador, às vezes casuístico, em muitos casos confuso e até conflitante em seus artigos, mas com forte apelo populista, foi tarefa difícil para o Líder da Bancada do MDB, Deputado Claudio Moacyr, que acabou conseguindo uma votação monolítica de seus liderados, rejeitada a maioria das propostas da Arena e do grupo ligado a Amaral Peixoto. Nesse trabalho ele contou com a ajuda inestimável de seu inseparável amigo, o Deputado Gilberto Rodriguez, Relator-Geral da Comissão Constitucional.

O texto final da Constituição foi aprovado por unanimidade, no dia 21 de julho de 1975. Os descontentes, que eram em grande número, sequer marcaram posição com um voto contra. Alguns se limitaram a reclamar nos discursos de declaração de voto, que só servem para constar nos anais, não têm o menor efeito prático.

Aliás, as declarações de voto, transcritas a seguir exatamente como constam nos anais, sem nenhuma revisão quanto à clareza da fala dos oradores, ao vazio dos discursos ou principalmente das verdadeiras agressões cometidas contra a língua portuguesa, mostram o despreparo dos Deputados Estaduais da época para o trabalho de elaboração da Constituição do novo Estado do Rio de Janeiro.



## DECLARAÇÕES DE VOTOS

Para declaração de voto, tem a palavra o Deputado Gama Lima:

Sr. Presidente, havia me inscrito em primeira hora para a declaração de voto, que se ajusta ao que acaba de proferir o nobre Deputado Frederico Trotta. Em princípio, quero cumprimentar a Casa pelo resultado a que chegamos que, de modo geral, corresponde aos nossos anseios; mas, lamento, como outros Deputados naturalmente poderão fazê-lo, que não seja esta a Constituição dos meus sonhos. É, justamente, pelo fato de lamentarmos que ressalto que essa crítica que faço não visa alcançar quem quer que seja, nem a douta Comissão que se encarregou do relatório final da Constituição, nem aquela que recebeu o encargo da redação final. Lamento que tendo falado uma hora e meia no sábado, apontando algumas incorreções, que a meu ver deveriam ser expurgadas do texto, como as repetições nele incrustadas. Cito por exemplo o artigo 123, que é praticamente repetido no 132, e também mencionado no parágrafo único dele próprio. Por outro lado, sete imperfeições de redação tiveram de passar, pela exigüidade de tempo, creio. A seriedade, a rapidez, a enfermidade que, infelizmente, alcançou o nosso Relator-Geral — durante 24 horas, tudo isso veio se associar para que o Projeto ainda contenha essas incongruências, repetições, redundâncias, certas formas que não honram o melhor vernáculo, erros de redação do ponto de vista técnico-legislativo.

Não desejo enumerar tudo, porque o momento não se ajusta a essa enumeração. Faço declaração de voto, com restrições, sobretudo ao que respeita aquilo que se afigura essencial, que venha do passado, ferindo o Regimento Interno. Muitas sugestões prejudicadas, não trazidas nesta Constituição, impediram que esta fosse a Constituição dos meus sonhos. Num desses aspectos teve mesmo o apoio do eminente Deputado Paulo Duque, quando tentamos expurgar do texto do Artigo 42 algo que se nos afigura como uma excrecência, que infelizmente vai ser uma excrecência através do tempo. Por isso agradeço a oportunidade de trazer esse pronunciamento a quantos colaboraram e participaram desse trabalho. Um elogio exaustivo, esforço de todos que militaram na Comissão, notadamente aqueles que colaboraram comigo na Subcomissão em que fui Vice-Presidente, a da Família, Educação e Cultura, onde tive o apoio dos

Deputados Rubens Ferraz, Antônio Gomes, Aluísio Gama e do meu amigo Paulo Pfeil. Quero dizer que esta Constituição, na sua parte positiva, que é emérita, que é esforço, não é trabalho individual de quem quer que seja: é trabalho de cada um dos 94 Constituintes que o povo enviou a esta Casa. Dou esta tônica, Sr. Presidente, porque ninguém vai ganhar no Maracanã jogando sozinho. E, em meio a uma composição de 94 deputados, sem dúvida, o que há de positivo aqui resulta exatamente daquilo que é expressão do Poder Legislativo, como soma é síntese das opiniões daqueles que nos enviaram a esta Casa.

Ao tempo em que faço essa restrição — e poderei, se necessário, fazê-la através de documento escrito — apresento a V. Ex.<sup>a</sup> e a todos os companheiros de representação, meus sinceros agradecimentos.

Para declaração de voto, tem a palavra o Deputado Heitor Furtado:

Sr. Presidente, a atuação de um parlamentar, hoje, dentro de uma Assembléia ou de qualquer Parlamento, está estritamente vinculada à função que lhe é atribuída pela respectiva bancada.

Assim eu posso afirmá-lo, porque a imprensa assim falou, que fui um dos mais operosos parlamentares na antiga Assembléia Legislativa, por quatro anos. Lamento ter de dizer que não pude, impedido que fui, dar a esta Constituição o melhor do meu trabalho e da minha colaboração. Entretanto, nesta hora em que chegamos ao final da votação desta Constituição, cabe-me, independente das legendas político-partidárias, parabenizar-me com todos os integrantes das duas bancadas — ARENA e MDB — com todos os 93 Deputados que compõem esta egrégia Assembléia Constituinte, notadamente com V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que dirigindo os trabalhos da Casa com sábia experiência soube chegar ao dia de hoje, ao presente instante, em condições de votarmos finalmente esta Constituição tão esperada pela população do Estado do Rio de Janeiro. Pôde V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, chegar ao fim do seu mandato de Presidente de uma Assembléia Constituinte com a Assembléia aberta; suberam todos, Deputados da ARENA e do MDB, colaborar intransigentemente, entender, participar, sentir e, afinal, oferecer ao povo do Estado do Rio de Janeiro, na plenitude de nossas liberdades, o que nos foi possível fazer. Se não reflete, em realidade, o sonho de cada um de nós, pelo menos foi o melhor que pudemos fazer.

Para declaração de voto, tem a palavra a Deputada Sandra Cavalcanti:

Sr. Presidente, o nosso trabalho de Constituintes, na parte da elaboração, está terminado, depois de quatro meses de diálogo, de debates, de estudos, de consultas, de divergências, de tentativas de ajuste, de enten-

dimentos, como manda o bom figurino de uma Assembléia Constituinte. Nenhum texto elaborado por uma Assembléia sai perfeito, daí porque nela mesma permanece a semente da própria correção. O nosso texto não saiu perfeito; saiu o melhor que éramos capazes de fazer, nas circunstâncias que enfrentamos. A Assembléia Legislativa, com disposição de melhorar, diante da realidade que vamos enfrentar daqui para a frente, tem todas as condições necessárias para mudar esse texto, cada vez que isso for conveniente. Nenhum texto de Constituição nasce para ficar intocado e é intocável. Só isso é que não deve mudar: o respeito permanente que devemos cultivar pelas leis estabelecidas e instituídas, como esta, de comum acordo; mesmo quando alguns dos dispositivos votados não representam a expressão da vontade de todos, representam a expressão da vontade da maioria e só quando o nosso poder de argumentação for suficiente para mudar essa opinião, só no dia em que a maioria se convencer de que alguma coisa deve ser trocada, nesse dia a Lei deve ser mudada, sem ser desrespeitada.

Quereria agradecer, Sr. Presidente, de modo especial, a colaboração inestimável que a Liderança da Maioria recebeu de dois companheiros durante este período: os Srs. Deputados Alberto Torres e Paulo Pfeil. A ARENA delegou a uma Comissão toda a responsabilidade do acompanhamento dos trabalhos, depositando nesses três representantes enorme e tremenda responsabilidade. Acho que cumprimos nosso dever; parece-me que a solução encontrada pela ARENA foi também democrática, porque colheu de cada um dos companheiros as informações, a colaboração individual. Tivemos a oportunidade de coordenar melhor nossa participação no texto. Sem a presença dessa Comissão, a ARENA, por seu número, não teria podido, como pôde, influir no próprio texto, que terminou elaborado por esta Assembléia.

Quereria agradecer também, Sr. Presidente, a maneira compreensiva e aberta como, na última reunião realizada pela Comissão de Redação Final, o seu Relator-Geral, Sr. Deputado Dilson Alvarenga, foi capaz de entender todas as ponderações feitas e de aceitar as que o Regimento lhe permitia aceitasse. Em nome de minha bancada — creio que o líder da Maioria também o fará — acho que esta Assembléia ficou devendo colaboração também inestimável ao Professor Antônio Chediak, a quem estendo neste instante, em nome da ARENA, nossos profundos agradecimentos.

Quereria marcar, por fim, Sr. Presidente, com uma palavra de elogio que não pode ser esquecida — à equipe de funcionários que, sem medir esforços nestes dias, atravessando madrugadas, acompanhando o ritmo de

trabalho dos membros da Comissão. Em todos os momentos, desses funcionários modestos — desde porteiros, ascensoristas, telefonistas, até os mais elevados assessores da Comissão — tivemos um apoio que não nos faltou em nenhum instante. É bom que, ao terminarmos estes trabalhos da elaboração da Constituição, já que o nome deles não vai ficar assinado ou autografado, pelo menos fique nos Anais desta Casa que soubemos dar valor ao trabalho de cada um.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Jorge David:

Sr. Presidente, ouvindo as palavras da Sra. Deputada Sandra Cavalcanti, não poderíamos, em nome da bancada, deixar de fazer um registro especial a todos os arenistas, principalmente porque os três companheiros que escolhemos para cuidar do assunto Constituição, nas suas várias fases, desempenharam um papel da maior importância, não só para a ARENA, mas para toda a Casa e, creio, principalmente para a salvaguarda dos princípios que devem ser respeitados numa Carta.

O destaque que desejamos fazer, Sr. Presidente, é sobre o comportamento desses três colegas de bancada, em especial o da Sra. Deputada Sandra Cavalcanti, pelo seu dinamismo, sua resistência, inteligência, argúcia, ousadia e, acima de tudo, pelo seu espírito público, traduzido num esforço de aquilatação que possa ser feita por qualquer ser humano.

O desempenho dessa nossa colega, respeitando, sempre e sempre, Sr. Presidente, a opinião dos seus companheiros de bancada e principalmente dos seus outros dois companheiros mais diretos — e aí vai nosso melhor agradecimento a Paulo Pfeil e Alberto Torres, que souberam deixar marcada a posição arenista, apesar de minoritária — pôde formar com o MDB, através da Liderança da Maioria e do partido, um conjunto de artigos, parágrafos e ítems que nos permite mantermos a cabeça erguida, porque procuramos cumprir o dever da melhor forma possível.

Este o agradecimento especial que a bancada faz a esses três companheiros, com o destaque à resistência e tenacidade da Sra. Deputada Sandra Cavalcanti, tomava-se necessário porque a ARENA cumpriu seu dever de cabeça erguida, apesar de ser minoritária. Graças a esses três colegas, podemos deixar hoje esta Casa, para retornarmos às 21 horas de quarta-feira, dia 23, para assinar a Carta, conforme determinação de V. Excia. e participar da grande festa deste momento histórico, na certeza de que, fundamentados na orientação desses três companheiros, cujos nomes, repito, fiquem gravados nos Anais da Casa — Sandra Cavalcanti, Alberto Torres e Paulo Pfeil — a ARENA sente-se feliz e realizada, eis que, apesar de minoritária, foi expressão, participação, espírito público e civismo na outorga desta Carta.

Para declaração de voto, tem a palavra o Deputado Márcio Macedo: Sr. Presidente, vivemos neste momento um acontecimento histórico da mais alta relevância e expressão, fruto do trabalho, abnegação, dedicação e seriedade de todos os parlamentares desta Casa.

É de justiça, Sr. Presidente, numa demonstração de gratidão e reconhecimento que, neste ensejo, procuremos louvar o comportamento de vários colegas que, em última análise, foram os responsáveis maiores para que chegássemos ao ponto a que chegamos.

Como bem afirmaram os oradores que me antecederam, na verdade esta não é a Constituição dos nossos sonhos. Dentro, porém, das nossas limitações, procuramos honrar as tradições do povo que temos o privilégio de representar nesta Casa, independentemente dos interesses partidários e das conveniências pessoais. Sempre prevaleceu o bom senso, o desejo de acertar, o clima de harmonia e união. Por isso, abro meu coração para homenagear o Líder de minha bancada, Deputado Cláudio Moacyr, que teve comportamento dos mais altivos. S. Excia., com grande habilidade, procurou evitar arestas que poderiam criar possíveis dissensões no seio do nosso partido. A esse eminente parlamentar, que orgulha e dignifica a nossa bancada, em nome dos seus liderados eu quero agradecer, sensibilizado, o seu desempenho, a sua dedicação. E também o faço em relação ao estimado Deputado José Maria Duarte, Líder da Maioria.

Sr. Presidente, não poderíamos deixar de enaltecer o digno comportamento das Lideranças da Minoria e da ARENA, igualmente responsáveis pelo bom entendimento e salutar ambiente que reina nesta Casa. Desejo fazer uma referência pessoal, a bem da verdade. Quando aqui cheguei não conhecia a Líder da Maioria, Deputada Sandra Cavalcanti. Fui informado por colegas menos avisados, que talvez não tivessem tido oportunidade de melhor relacionamento com S. Excia. de que a Deputada Sandra Cavalcanti não primava pelo espírito de coleguismo, entre outras críticas que a ela eram feitas. Quero, por justiça, dizer da minha alegria, do meu contentamento, da minha satisfação, declarando que, depois que tive um maior relacionamento com a Deputada Sandra Cavalcanti, depois de procurar dela me aproximar, pude compreender o seu alto espírito público, a sua preocupação de lutar para que problemas maiores não surgissem nesta Casa. É uma mulher inteligente, habilidosa, ousada, como disse o Deputado Jorge David. Entretanto, nem por isso deixou de merecer as homenagens do partido majoritário desta Casa, o MDB, que soube muito bem, em que pese ser Maioria, acolher as sugestões apresentadas pela Deputada Sandra Cavalcanti e pelo Deputado Luiz Fernando

Linhares, que tão bem traduziram o pensamento da bancada minoritária. Como disse, Sr. Presidente, era a prova de desprendimento, era a demonstração do bom senso; era a vontade de servir da melhor maneira possível; era o propósito de entregar ao povo fluminense uma Carta, uma Constituição que viesse a coadunar-se com os desejos e as aspirações maiores do povo do Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, Sr. Presidente, não poderia deixar também de estender as homenagens, em nome de meus colegas de bancada e em meu nome pessoal, ao Presidente da Grande Comissão e Deputado Frederico Trotta, ao Relator-Geral, Deputado Gilberto Rodriguez, que muito bem se houveram na condução de todos os trabalhos nesta Casa. A V. Excia. Sr. Presidente, com sua habilidade, às vezes criticado sem razão, por que V. Excia. preocupa-se tão somente em engrandecer, em fortalecer este Poder. A V. Excia., que diuturnamente fez questão de acompanhar *paripassu* tudo o que aconteceria nesta Casa, seguindo as Lideranças nos contatos com as autoridades governamentais, quer do Estado, quer da União.

Felizmente entendemos que chegamos a um denominador comum. Atendemos as aspirações, os desejos, quero crer, da maioria do povo fluminense. Atendemos os interesses da maioria dos parlamentares e aquelas emendas casuísticas que foram apresentadas com o melhor dos propósitos, os próprios autores acabaram por compreender que seriam objetos de matéria de lei ordinária e foram os primeiros a abrir mão dessas proposições. A esses Deputados que deram uma demonstração de tamanho desprendimento, as nossas homenagens, como também a todos que participaram da Grande Comissão, das Subcomissões, enfim, a todos os parlamentares desta Casa que puderam honrar e dignificar as tradições do povo fluminense. E terminando a minha fala quero apresentar os meus louvores aos jornalistas credenciados desta Casa, que, a todo momento, acompanhando de perto os trabalhos que aqui foram realizados, procuraram enaltecer, evidenciar tudo o que aqui foi feito, sempre objetivando o engrandecimento do nosso Poder.

E por fim, Sr. Presidente, os nossos agradecimentos sinceros aos funcionários desta Casa, que trabalharam conosco, sem um momento sequer, fazer reclamação, procurando também participar deste grande acontecimento, deste grande evento, que veio dignificar a nossa Assembléia que, na verdade, veio contribuir para que o povo do Estado do Rio de Janeiro tenha, finalmente, a sua Carta Constitutiva, tenha finalmente a sua Constituição e, como bem disse a Deputada Sandra Cavalcanti, em outra oportunidade se necessidade houver, nós haveremos de modificar alguns dispositivos, para melhor atender às aspirações mais legítimas do povo que temos o orgulho de representar nesta Assembléia.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Rubens Ferraz:

Sr. Presidente, quando solicitei a palavra ela havia sido dada anteriormente ao Deputado Márcio Macedo, que abordou praticamente o assunto que eu ia abordar. Mas aproveito a oportunidade para felicitar V. Excia. pela maneira com que se conduziu na Presidência desta Constituinte, com tanta habilidade, com tanta atenção, procurando sempre dar o melhor em benefício do bom andamento desta Casa e da própria votação da Carta Constitucional.

Queria, ainda, apresentar minhas congratulações ao Presidente da Grande Comissão, Deputado Frederico Trotta, ao seu Relator, Deputado Gilberto Rodriguez, e demais componentes daquela Comissão e das Sub-comissões que, realmente, prestaram relevantes serviços.

Aos Senhores Deputados, de uma maneira geral, que deram constantemente a esta Casa sua presença e seu máximo interesse na votação da Carta Magna de nosso Estado, as minhas congratulações e, da mesma forma, ao ilustre Líder de minha Bancada, Deputado Claudio Moacyr, que se houve admiravelmente, consultando sempre a bancada, com seu espírito democrático, discutindo os problemas antes de vir a plenário, procurando assim trazer a bancada unida na votação de nossa Carta Constitucional. S. Ex.<sup>a</sup> está de parabéns. Aliás, eu não esperava que fosse de outra forma, face à sua cultura, à sua inteligência e ao seu tato político.

A liderança da ARENA, à frente a ilustre Professora Deputada Sandra Cavalcanti, que tão bem se houve ao lado de seus liderados, e os demais Deputados da ARENA, todo esse conjunto, fizeram com que pudéssemos chegar a bom termo, apresentando aos fluminenses a nossa Carta Constitucional. Todos estão de parabéns. Muito obrigado.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Gilberto Rodriguez:

Sr. Presidente, na qualidade de Relator-Geral da Comissão Constitucional, quero, nesta oportunidade, agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente da Assembléia Constituinte, aos Líderes Luiz Fernando Linhares e Sandra Cavalcanti, da Aliança Renovadora Nacional, aos Líderes da Maioria e da bancada, Deputado José Maria Duarte e Deputado Claudio Moacyr, ao Presidente da Comissão Constitucional, Deputado Frederico Trotta, e a todos os Deputados que de uma maneira ou outra colaboraram para a redação do Projeto de Constituição que será promulgada no dia 23 deste mês. Não poderia também deixar de fazer o meu agradecimento à Comissão de Normas Internas, que com o Regimento Interno apresentado à Assembléia Constituinte deu os elementos necessários e indispensáveis

para que esse trabalho de aprovação do Projeto Constitucional chegasse a bom termo.

Aos Deputados Paulo Duque, Amadeu Chácar, os agradecimentos do Relator-Geral, agradecimento que se estende também a todos os assessores que colaboraram eficientemente com o trabalho do Relator-Geral. Todos eles, imbuídos do mesmo espírito de cada um dos Srs. Deputados, tiveram figura preponderante na redação de todas as matérias que passaram pelo Relator-Geral. Não poderíamos deixar de agradecer, de modo especial, ao Líder Claudio Moacyr, que soube comandar a sua bancada, dar as soluções necessárias imprescindíveis para que a Maioria se fizesse representar e ditasse efetivamente as normas de conduta nesta Casa, muito embora contasse com a boa vontade, o trabalho e desprendimento da própria Aliança Renovadora Nacional, nas figuras da Deputada Sandra Cavalcanti, Paulo Pfeil e Alberto Torres, que tiveram toda acolhida por parte do Relator-Geral todas as vezes que, solicitados ou não, compareceram ao Gabinete do Relator-Geral e com ele, democraticamente, trocaram idéias. Vários foram os pontos definidos pela Aliança Renovadora Nacional e aceitos pelo Relator-Geral, como se fossem de sua própria lavra. Não poderia também, Sr. Presidente, deixar de agradecer não só aos Deputados da ARENA agora mencionados, como também àqueles que contribuíram através de emendas que trouxeram os maiores benefícios ao Projeto Constitucional, agradecimento que estendo também aos Deputados do MDB. O meu voto é um voto de agradecimento e de reconhecimento a todos que em mim confiaram. Se erros cometi foi com a intenção de acertar sempre, às vezes contrariando os princípios defendidos por outros, mas nunca violentando minha consciência. Procurei seguir um caminho reto, em busca do que achava ser o melhor para o povo do Estado do Rio de Janeiro. Posso ser combatido por alguns, mas nunca poderão acusar-me de ter usado o cargo de Relator-Geral para influir definitivamente em qualquer matéria de interesse pessoal.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia, nesta oportunidade, deixar de agradecer, indistintamente, a todos que comigo colaboraram no Projeto Constitucional.

Para declaração de voto, tem a palavra o Deputado Júlio Louzada:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como representante da ARENA não poderia neste momento deixar que minha palavra faltasse em tantas declarações de voto. Quero dizer apenas que o nosso partido, representado na Assembléia Constituinte, portou-se como uma verdadeira orquestra. E cada músico cumpriu bem sua missão, facilitando por isso o trabalho da maestrina, a inspirada Deputada Sandra Cavalcanti.

Como representante, nesta Casa, do profissional do rádio e da televisão, Sr. Presidente e Senhores Deputados, não poderia faltar a tantas homenagens a esses dignos profissionais que aqui estiveram conosco, na divulgação de nossos trabalhos, o que foi importante para o esclarecimento a todos aqueles interessados neste assunto, que representa uma fase histórica de nossa pátria, em saber o que realmente aqui estava sendo realizado.

A meus dignos ccmpanheiros de rádio e televisão e da imprensa as minhas desculpas por não ter cumprido, como esperavam os distintos companheiros, a minha missão como verdadeiro operário, porque considero que, nestes quatro meses em que elaboramos a nossa Constituição, esta Casa funcionou como uma verdadeira oficina, em que cada um colocou o que melhor tinha para bem servir a todos.

Desta forma, na certeza de que, ainda não tendo sido a minha participação à altura daquilo que poderiam esperar meus dignos colegas de rádio e televisão, uma coisa eu procurei fazer para que não desmerecesse o conceito que de mim fazem os meus nobres companheiros. Procurei ser sincero. Procurei aprender com os que aqui traziam a experiência de um longo tempo no mandato. Procurei, afinando com eles, dar o que me pareceu o melhor para que o Estado da Fusão, o Estado do Rio de Janeiro, pudesse ter uma Carta que, trazendo alguns senões, seria, não obstante, a ideal.

Como hoje disse, no Expediente Inicial, lembrando Machado de Assis quando, certa ocasião, recebeu carta de José de Alencar, pedindo para fazer uma análise do trabalho de Castro Alves e encontrando senões nessa poesia, apenas disse: "Que são esses senões diante da beleza, da louçania da forma, desse que será, tenho certeza, não um poeta grande, mas um verdadeiro Semideus da poesia?"

Foi assim, Senhores, que entendi também, agora que chegamos ao final, quando se vota, esta tarde, a redação final emendada, a nossa Constituição poderá ter senões, mas o que ela traz de grandeza, em sua maioria, nos artigos que são representantes do desejo da maioria dos Deputados, ela significa um trabalho de equipe e dignifica o político brasileiro.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Edson Khair:

Sr. Presidente, Senhores Deputados, realmente este é uma dia de júbilo para esta Casa, que é, sobretudo, uma casa política.

No momento, Sr. Presidente, em que se fala tanto em distensão política, no momento em que todos nós fazemos parte da denominada classe política, temos a capacidade de dar um atestado de que ainda existimos,

de que ainda estamos aqui capazes de, em meio a pressões ou contrapressões, votar uma Constituição que, se por certo não foi ou não é a dos nossos sonhos, sem sombra de dúvidas trouxe algumas conquistas positivas, sobretudo no campo da preservação do meio ambiente e no atendimento a algumas reivindicações de trabalhadores na área de habitação e seneamento.

Sr. Presidente, nós sabemos que os problemas do Brasil, sobretudo os infra-estruturais, não podem ser resolvidos simplesmente através de artigos de uma Constituição. Temos certeza de que os problemas deste país são muito mais complexos e, portanto, muito mais difíceis de serem equacionados, não podendo simplesmente ser expressos através dos artigos de uma Constituição. Mas somos a classe política e existimos para tentar corporificar juridicamente as aspirações deste povo. Tentamos e na realidade cumprimos o nosso papel. Todos nós, membros do MDB e também da ARENA, víamos voltados para esta casa os olhos de toda a nação. Era a primeira vez, seguramente, depois de quinze anos, Sr. Presidente, que se votaria a Constituição e que Constituintes eleitos pela vontade soberana do povo iam elaborá-la. A última vez que o fizemos foi por ocasião da criação do novo Estado da Guanabara. É bem verdade que as circunstâncias eram outras, era vigente a carta liberal de 1946, hoje não mais existente. Hoje o que temos são os destroços da Constituição de 1967, inserida e incrustada pelo Ato Institucional Número 5 e pela Emenda Constitucional n.º 1, mas mesmo assim ainda pudemos votar uma Constituição. E nos orgulhamos, Sr. Presidente, de pertencer a esta tão caluniada classe política. Foi exatamente essa classe que, na velha Europa combalida pelas guerras, foi salvá-la quando os salvacionistas, os carismas exóticos, Sr. Presidente, foram derrotados, inclusive com a participação do Brasil na gloriosa FEB, em 1945, quando o nazi-facismo passou a pertencer às cinzas da história. E foi buscar na Europa, para seu ressurgimento, nos velhos membros da classe política, exatamente os elementos que fossem erguer novamente o arcabouço jurídico em que fossem respeitadas as liberdades fundamentais do ser humano, proclamadas já na Revolução Francesa, em 1789, em que em nome de uma nova ordem, em nome de "tranquilidade", em nome de "segurança", enfim, de paz, paz romana, tentou-se impor na Europa, e eu me refiro especificamente ao nazi-facismo.

Pois bem, quando essa nova ordem fracassou, todos nós vimos que era melhor aquela velha ordem ainda da Revolução Francesa, aquela velha ordem que assegurava a independência dos três Poderes, aquela velha ordem que assegurava as inviolabilidades e as imunidades do mandato parlamentar, aquela velha ordem que assegurava os predicamentos da

adjudatura, enfim, que era melhor a liberdade à opressão, e que o progresso, o desenvolvimento, a justiça social, absolutamente não são incompatíveis com o maior bem do ser humano que é, sem sombra de dúvida, a liberdade. E se pode afirmar, mais uma vez, que a democracia é o único regime compatível com a dignidade do ser humano.

E, se nós hoje ainda, nesta Casa, através da Constituição, não pudemos expressar todo esse ideário de liberdade a que nos referimos há pouco, não foi por nossa vontade, mas por motivos alheios a ela.

Mas, queremos dizer que, na qualidade de membros do Movimento Democrático Brasileiro, fiéis à linha doutrinária do nosso partido, haveremos de prosseguir em nossas caminhada pelo estado de direito, haveremos de prosseguir em nossa luta pelo respeito aos predicamentos da magistratura, haveremos de prosseguir em nossa luta pelo respeito aos membros do Poder Legislativo, haveremos de prosseguir em nossa luta para que o Governo retome a linha do nacionalismo, no nosso entender a via mais conseqüente para processar-me o desenvolvimento do país.

E se hoje fazemos essa profissão de fé doutrinária é para que fique claro que nestes quatro meses de atuação na Assembléia tivemos como bússola a nortejar nossa linha de comportamento nesta Casa exatamente esses ideais.

Queremos agradecer a colaboração de todos, sobretudo da liderança do MDB, através do Deputado Cláudio Moacyr, do Relator-Geral, Deputado Gilberto Rodriguez, do Deputado Frederico Trotta, Presidente da Comissão, e dos Deputados Délio dos Santos, Alves de Brito, Francisco Amaral e vários outros que a minha pobre memória neste momento não permite lembrar.

Indispensável também a colaboração da Minoria, porque, numa democracia há que se assegurar o direito das minorias. Refiro-me, especificamente, à Aliança Renovadora Nacional, tão bem representada pelas suas Lideranças, através da Deputada Sandra Cavalcanti e do Deputado Luiz Fernando Linhares.

Estamos certos de que todos nós, divergentes em nossas opiniões, haveremos de caminhar um dia para aquilo que, sem dúvida, é o ideal de todos nós, o fortalecimento do Brasil como um país definitivamente inserido no rol das nações democráticas.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Alberto Torres:

Presidente, após as eloqüentes declarações de voto dos Srs. Deputados Júlio Louzada e Edson Khair, tenho missão que me foi confiada pela Liderança da Minoria, pela Deputada Sandra Cavalcanti, a fim de fazer

chegar aos Srs. Deputados Frederico Padilha, Gama Lima, Ruy Queiroz, Saramago Pinheiro, Ítalo Bruno, José Vaz, Júlio Louzada, Maurício Pinkusfeld, Odair Gama e Victorino James os agradecimentos de S. Excia. o Sr. Deputado Paulo Pfeil e os meus, pois que foram todos eles, na Comissão Constitucional e nas Subcomissões, os pioneiros que desbravaram os caminhos, facilitando a tarefa que a representação arenista nos concedeu.

Acredito, Sr. Presidente, que sem a cooperação desses companheiros não poderíamos ter conseguido dar o que demos — e posso dizê-lo — com devotamento e espírito público, no sentido de que a nossa contribuição ao processo democrático fosse aquela que de nós esperavam os nossos companheiros da bancada da Aliança Renovadora Nacional.

Disse, Sr. Presidente, há dias, que somos gratos à confiança depositada por esses companheiros, desde o Sr. Deputado Luiz Fernando Linhares, Líder da ARENA, a todos aqueles outros que, integrando a Comissão Constitucional e diligentemente as Subcomissões, com apoio de todos os demais companheiros arenistas, fizeram com que nós nos sentíssemos mais animados para o cumprimento da missão que recebemos.

Não poderia, Sr. Presidente, deixar de consignar também os nossos agradecimentos, da Sra. Sandra Cavalcanti e do Deputado Paulo Pfeil, pelas generosíssimas expressões que para conosco tiveram nossos companheiros de representação, deixando nos Anais desta Casa o testemunho da sua bondade em relação ao trabalho que realizamos.

Por último, Sr. Presidente, os nossos votos são para que a Constituição, cuja redação final hoje aprovamos, e que será promulgada daqui a pouco mais de 48 horas, possa ser dos mais relevantes e meritórios instrumentos para o desenvolvimento, bem estar e felicidade do povo do Estado do Rio de Janeiro.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Wilmar Palis:

Sr. Presidente, nesta tarde-noite em que acaba de ser votada e aprovada a redação final do projeto da Constituição do novo e grande Estado do Rio de Janeiro, tornando-a, portanto, a nossa Carta Maior, a Carta que regerá os destinos do mais novo Estado da Federação, nós que sempre acompanhamos de perto, desde o início até seu derradeiro instante, os trabalhos desenvolvidos, não poderíamos deixar de prestar, por isso mesmo, a nossa declaração de voto.

Muitos elogios foram proferidos pelos oradores que nos antecederam, elogios hauridos da observação de cada um, e por isso mesmo acreditamos na sua sinceridade. É-nos grato, Sr. Presidente, ouvir de pessoas que antes atacavam rudemente a Liderança do partido minoritário desta

Casa, virem hoje à tribuna, com muita sobriedade, com muita naturalidade, colocar-se em posições inteiramente inversas, para declararem a grandeza do comportamento de nossa Liderança, de nossa bancada, de cada um de per si, componente da gloriosa, extraordinária bancada da Aliança Renovadora Nacional na Assembléia Constituinte. Se houve uma meia-voltavolver, que hoje se comporta com uma volta total, num giro de 180 graus, para se colocarem em posições diversas daquelas anteriormente tomadas é porque houve a certeza de que a bancada da ARENA soube lutar cavalheiresca, galharda, mas firmemente. E este reconhecimento é, para todos nós, a grande alegria, porque não nos moveu nenhuma intenção a não ser a de chegar a um texto constitucional relevante, que realmente expressasse a mais lúdima vontade, o maior anseio do povo do novo grande Estado do Rio de Janeiro. Nós, em contrapartida, jamais poupamos elogios a aguerridos e valentes Deputados do MDB, cada um no seu *front*, que lutavam a seu modo, mas sempre em favor da grandeza do texto constitucional.

Os ilustres e combativos companheiros do MDB reconheceram a nossa luta e pontos de vista. Em sendo assim, nós também lhes damos os nossos parabéns. Nunca foi tarde demais esse reconhecimento nesta tarde-noite em que se coroam os esforços de cada um, e de todos nós para dar ao povo do nosso Estado, ao povo brasileiro por extensão, um texto constitucional que, se contém em seu bojo senões, estes senões não podem deslustrar um trabalho magnâmico, um trabalho de esforços hérculeos, um trabalho feito com vontade de acertar. Reconhecemos, Sr. Presidente, que há senões no texto constitucional, mas eles poderão ser corrigidos de acordo com o que preceitua a própria Constituição que votamos e aprovamos e, com o passar do tempo, poderemos corrigi-los para chegarmos, talvez, se não à perfeição, pelo menos próximos dela. E é por este motivo que queremos dar os parabéns à nossa Liderança e à Liderança da Minoria, na pessoa da ínclita e aguerrida Deputada Sandra Cavalcanti; na pessoa do Líder da bancada, este jovem parlamentar, que é o nosso amigo, o Deputado Luiz Fernando Linhares; à Comissão da Bancada da ARENA junto à Grande Comissão, composta de Sandra Cavalcanti, Alberto Torres e Paulo Pfeil; e a cada um dos membros da Arena que lutaram nas Comissões, nas Subcomissões, cada um de per si, dando o melhor de seus esforços pela noite afora, sem se incomodar com sacrifícios próprios, para coroar com brilhantismo a meta a que chegamos.

Também às Lideranças do MDB, ao Relator-Geral, ao Presidente da Grande Comissão e aos das Subcomissões, a cada companheiro desta Casa, queremos estender nossos parabéns. Se melhor texto não foi possível atingir deve-se ao fato de, muitas vezes, as paixões, as veleidades, as so-

freguidões não o permitirem. Mas longe de nós apontar, em cada um, a ausência do desejo inquebrantável de bem servir.

Repetimos, Sr. Presidente, há senões no texto constitucional e vamos corrigi-los, dentro do aspecto inteiramente legal. Mas, por isso mesmo, por haver esse reconhecimento e por haver esse congraçamento nessa fase final, em que a Assembléia Constituinte deixava de ser a Assembléia Constituinte para transformar-se em Assembléia Legislativa, com nossa declaração de voto dizemos presente ao povo do nosso e grande Estado do Rio de Janeiro, dizemos presente ao povo brasileiro.

E, acima de tudo, agradecemos a paciência dos dignos e honrados funcionários desta Casa e daqueles que nos delegaram poderes de representação pelos votos. Muitas vezes, nesta fase difícil de lutas, fomos por eles procurados mas não pudemos dispensar-lhes o tempo necessário, com a calma e a tranquilidade que merecem, pois os trabalhos da Constituinte não o permitiram.

Ao digno e honrado funcionalismo desta Casa, à população da Cidade do Rio de Janeiro, da Cidade de Niterói e de todas as cidades fluminenses, por extensão, também o nosso agradecimento. A paciência de cada um foi o incentivo que tivemos a fim de que pudéssemos chegar a este final feliz que, conforme já afirmamos, se não é inteiramente perfeito pelos senões existentes, cabe-nos corrigi-los. E vamos fazê-lo dentro do aspecto estritamente legal que a própria Carta nos concede.

Parabéns ao povo que nos delegou sua representação na vontade expressa por votos; parabéns ao novo e grande Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para declaração de voto, com a palavra o nobre Deputado Silvio Lessa:

Sr. Presidente, como talvez um dos mais humildes Deputados com assento nesta Casa, gostaríamos de iniciar agradecendo ao corpo de funcionários desta Assembléia Constituinte, do mais modesto ao mais graduado, que, nestes quatro meses de trabalhos constituintes, sempre tiveram a melhor boa vontade quando qualquer um de nós a eles se dirigia, no afã de buscar alguns elementos esclarecedores.

Sendo também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos Deputados inexperientes, por ser esta nossa primeira legislatura, gostaríamos de agradecer aos mais antigos, aos mais experientes a orientação deles recebida, a começar pelo Presidente da Grande Comissão, Deputado Frederico Trotta, que, com seu equilíbrio, conduziu firmemente a Comissão Constitucional.

Agradeceríamos também aos companheiros, tanto do Movimento Democrático Brasileiro quanto da Aliança Renovadora Nacional. Quando

víamos caminhos diversos à nossa frente, recorreríamos, muitas vezes, à experiências desses mais idosos. Com isto, hoje, podemos dizer que cumprimos, modestamente, com o nosso dever.

Sr. Presidente, entretanto, é necessário que se exalte um homem que traçou a rota da nau emedebista, conduzindo esse nosso navio a um porto seguro: Claudio Moacyr. Neste instante, gostaríamos de agradecer o pulso firme desse nosso Líder, que soube retroceder na hora exata; que soube retirar do bojo do projeto constitucional, no momento preciso, aquilo que nele não poderia constar; mas que soube também — de certa forma e até com intransigência — nele inserir o mínimo necessário para cumprimento de um programa partidário. Claudio Moacyr soube superar o fragor de qualquer das tempestades, conduzindo a bancada emedebista a uma unidade que muitos não esperavam aquela altura. Como um bom político, S. Ex.<sup>a</sup> jamais perdeu o comando de sua bancada, dando-nos a todos aquele espetáculo de unidade maravilhoso, quando se aprovou o texto definitivo da Carta. Vimos desfilar, nestes microfones diversos Deputados exaltando a participação quer de grupos, quer de elementos individualizados.

Sr. Presidente, como um dos membros da bancada do MDB gostaríamos de dizer que, nesta casa, os Deputados, sem procurarem ser constitucionalistas exímios, ao aprovarem hoje a Constituição jamais abriram mão de serem autênticos Constituintes.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Paulo Albernaz:

Sr. Presidente, os nossos agradecimentos a todos os 93 Deputados que, com interesse, boa vontade e respeito ao mandato, procuraram dar a este Estado uma Constituição capaz de, pelo menos, ensejar a oportunidade de o povo fluminense ter uma Carta mais adequada e mais aprimorada. Aliás, não podemos entender o porquê de ainda se ter que inserir na Constituição deste Estado um artigo que obrigue os governantes a pagar vencimento correspondente ao valor de um salário-mínimo regional a funcionários que até esta data não o percebem. Não entendemos o porquê da menção das marchas a ré; não entendemos o porquê da menção tão específica, aplicando o termo à bancada do MDB, já que na verdade, não vi e não encontrei, sequer nos 93 Deputados, má vontade ou péssima interpretação, desgosto, na apreciação de uma emenda ou na feitura da mesma, como não encontrei, até a presente data, na reunião da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, a não ser entendimento político — até maior, e com muito respeito ao povo do nosso Estado; não encontrei, sequer, em momento algum, uma marcha à ré do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, não fosse o trabalho das Subcomissões, não fosse a aplicação dos Deputados — da ARENA e do MDB — na verdade não teríamos aprovado nesta tarde um trabalho que representasse realmente o interesse de toda uma comunidade, visando somente ao bem comum.

Por isso mesmo, queremos agradecer a todos os 93 Deputados desta Constituinte, porque sem a boa vontade deles, sem o interesse que tiveram, não poderíamos, nesta tarde, sem os contratemos ou as marchas à ré nos encontramos sensibilizados, como estamos, pelo resultado a que chegamos.

Portanto, nossos agradecimentos a todos os Deputados, sem distinção de cores partidárias. Muito obrigado.

Para Declaração de voto, com a palavra o Deputado Jorge Leite:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora seja de meu dever aplaudir o desempenho de todos aqueles que participaram da feitura deste texto constitucional; embora reconheça, sem dúvida alguma, o esforço de todos e, especificamente, daqueles que tiveram posição de relevância na consumação dos trabalhos da nossa Constituinte, quero ressaltar o trabalho da Grande Comissão; quero ressaltar ainda o desempenho do Relator-Geral e de seus auxiliares; e quero ressaltar também os trabalhos das Lideranças nesta Casa. Aqui abro um parêntesis para aplaudir os da Assembléia Constituinte. Não vejo porque não fazê-lo. Não vejo porque não reconhecer o empenho de todos em favor de um trabalho que não chegou a se aproximar do que se pensava. É possível, Sr. Presidente, que eu tenha sonhado com trabalho de maior esmero. É possível que eu não tenha visto ainda alguns setores que foram atingidos e beneficiados pela nova Carta, cuja redação final acabamos de aprovar. Entretanto, coerente com minha linha de conduta, quero deixar bem claro nos Anais da Constituinte o que acho.

Continuo achando que não houve inovação constitucional na futura Constituição do nosso Estado. Lido o texto, o que nele se identifica é uma anomalia técnica, da qual emerge irrecusável sobrecarga, fazendo da nossa a mais longa Constituição do país.

Nela se encontram premiados com *status* constitucional capítulos de determinados setores que, embora valiosos, não oferecem legítimo conteúdo constitucional. O certo é que Constituições marcadamente analíticas como essa, na medida em que pretendem abranger o universo conduzem ao imobilismo constrangedor.

Esse posicionamento, que fomos buscar na lição superada de Weimar, oferece ao analista sintomas que permitem aflorar o diagnóstico do seu precoce envelhecimento.



Ao votarmos o texto sob exame, rejeitamos a postura científica de estatuto fundamental, empalmando a bandeira dos códigos políticos regulamentares. Desta forma, entronizamos a opção de perenizar nossos próprios valores, ainda que de menor valia, nivelando-os em um patamar comum. É a nossa esperança ingênua de acorrentar o futuro através da tentativa de perpetuar conceitos necessariamente moveáveis, valendo para exemplo os de caráter social e econômico.

Como resultado desta ótica fregmentária rechaçamos o postulado mais elementar do Estado contemporâneo, identificado na mudança como única variável imutável de todos os componentes necessários para qualquer análise.

O reconhecimento dessa verdade importa em aceitar sua resultante óbvia: "a mutabilidade é tão impetuosa e avassaladora que desagrega instituições, sacode, altera e faz secar raízes e fundamentos".

Isto posto, sem qualquer exercício de futurologia, é fácil concluir pelo erro da técnica eleita também nesta Casa que, elastecendo fronteiras, deu respaldo constitucional, sem razão, a temas próprios de leis ordinárias e, talvez de pura administração.

Assim, tentamos imobilizar o que é necessariamente mutável, por força de transformações irresistíveis, que fazem da transitoriedade a rotina do nosso tempo. Nessa linha de raciocínio deu-se "primeira plana" a regras secundárias, o que retira do Estado a possibilidade de uma performance tranqüila, pois consagramos permanências jurídicas que, a curto prazo, podem se tornar contrárias ao interesse público.

Visto de um outro ângulo, nossos aplausos a esse texto minucioso, abrangente de um universo casuístico, o que importa em submetê-lo ao óbvio risco de freqüentes revisões. Qualquer uma dessas alternativas acima analisadas é indesejável em tema constitucional, pois nesta matéria "a melhor técnica do conteúdo é a que precede à determinação científica do que deve ser o núcleo central, o plano de vida rígido do Estado". Assim, "a Constituição oferecerá resistência às inovações, às vontades impetuosas e talvez passageiras, nos pontos em que tal resistência é aconselhada."

O ensinamento é de Pontes de Miranda, mestre dos que sabem.

Anote-se, ademais, que os textos analíticos, como esse, além do risco de se nivelarem com as codificações ordinárias, ainda contemplam a espúria invasão de competência pela Assembléia Constituinte do Poder Legislativo comum. O certo é que essa anomalia conduz à sistemática aborção de temas próprios de leis ordinárias.

Um bom exemplo de nossa voracidade de Constituinte está na contradição entre o artigo 34, inciso X do projeto, que outorga à Assembléia Legislativa competência para dispor sobre a Lei Orgânica dos Municípios e sua divisão administrativa, e o artigo 153 e seguintes desse trabalho, onde a boa técnica é o silêncio, pois o Título VI absorve aquele poder ao editar normas extensas, detalhadas, próprias de Lei Orgânica.

Assim, restaria ao legislador ordinário, embora a suprema Carta consagre sua competência privilegiada, apenas o direito melancólico de copiar o modelo constitucional, que assim entroniza parâmetros impertinentes.

Peço que atentem para o fato de que usei o verbo no condicional: restaria. Isto porque defendo a tese, já inscrita em memoráveis decisões do Supremo Tribunal Federal, de que as leis ordinárias que estabeleçam exceção a certos trechos da Constituição, que não sejam matéria de Direito Constitucional, não se anulam nem se revogam senão por nova lei ordinária (Decisão unânime, em 16.12.74, acompanhada por outras).

O impacto da revolução técnico-científica, ao ativar o arranco para o desenvolvimento entre nós reorienta prioridades e conceitos. Assim, o exílio do imobilismo importará na revisão constitucional, a curto prazo, na medida em que a realidade foi deslembada e também como resultante da valorização pouco feliz de componentes secundários ou alienígenos.

Sr. presidente, quando esta Casa acaba de votar a redação final do texto Constitucional eu não poderia de deixar de lamentar alguns aspectos. Talvez o poder constituinte representado por todos nós tenha nos tirado a oportunidade de, através de lei ordinária, encontrarmos a solução para uma série de problemas a serem resolvidos, e que tenho certeza os problemas foram lembrados por todos aqueles responsáveis pela feitura do texto constitucional.

Sr. Presidente, entendo como Deputado Estadual, que a partir deste momento, deixando a indumentária constitucional e entrando na porta larga da Assembléia Legislativa, o trabalho de todos nós, sem dúvida, terá que ser com desprendimento, ao reconhecermos que alguns artigos da Constituição eram de lei ordinária.

Entendo ainda que optamos por uma Constituição analítica, procuramos através dela dar maior amplitude aquilo que poderia ser o rumo e o objeto maior a ser alcançado pela Assembléia Legislativa. Hoje estamos num Estado moderno. Hoje, entendo que o centralismo está em marcha diante do antifederalismo e deixamos de lado uma oportunidade para que esta Casa pusesse à prova aquilo que nós chamamos de legislar

e ter imaginação. Poderíamos, sem dúvida, prestar maiores e relevantes serviços a essa comunidade do novo Estado.

Agora, fazendo a minha crítica construtiva, porque nunca fazemos qualquer comentário ao trabalho de qualquer companheiro que não seja desta tribuna, porque desta forma terei sempre a oportunidade de dar a resposta ao companheiro, devo dizer que nós deixamos escapar grandes oportunidades na feitura do texto constitucional, principalmente no que concerne à Lei Orgânica dos Municípios, que poderia ser introduzida nesse texto. Acho que a hora era oportuna para, através de uma Constituição normativa, não tanto analítica e mais sintética, demonstrarmos que temos conhecimento daquilo que vimos cumprir com grandeza e galhardia.

Em que pese a crítica construtiva fica aqui registrado nos Anais o meu aplauso. Ao mesmo tempo em que ocupo a tribuna e faço crítica construtiva venho também aplaudir o trabalho daqueles que conduziram, sem dúvida alguma, com a melhor das intenções, o que chega hoje ao seu final.

Esperamos, pois, Sr. Presidente, que por intermédio de S. Excia. o Governador do Estado, através de leis criadas por esta Assembléia Legislativa, possa demonstrar que a Assembléia Legislativa, irmanada e voltada para a efetivação da fusão como um momento histórico da nacionalidade, vai sem dúvida alguma cumprir o seu dever.

Por isso, senti-me também no dever de aqui chegar e fazer, com a maior lealdade possível, a minha crítica construtiva a um trabalho que não desmerece ninguém. Sem isso, não me sentiria coerente com as atitudes que sempre tomei como parlamentar, de aplaudir na hora oportuna e de fazer crítica na hora necessária.

Por isso, desejo parabenizar a todos, especialmente os funcionários desta Casa, as Lideranças indistintamente, quer da ARENA quer do MDB, a Grande Comissão Constitucional, as Subcomissões, o Relator-Geral e seus assessores, lamentando apenas que, a meu ver, poderíamos ter aprovado uma Constituição mais sintética, deixando de lado uma Constituição analítica.

Apenas quero registrar nos Anais para ficar mais uma vez provado — e o tempo dirá — que esta Casa tem, sem dúvida alguma, a grandeza e a autoridade necessárias para dizer-se presente na oportunidade em que ela se apresentar, para procurarmos tirar do nosso caminho as falhas que porventura tenham ficado.

Em todo caso valeu a boa vontade, a intenção, a pretensão e o que é melhor — aquilo que chamaríamos de amor ao novo Estado — o en-

tendimento do drama da fusão. Meu Partido, em momento algum faltou com a sua presença histórica. Não sendo ele o inspirador da fusão, foi sem dúvida alguma o conciliador, no bom sentido, porque em momento algum tentou rejeitar o que todos buscamos nessas oportunidades.

Acima dos interesses político-partidários, acima das posições radicais, acima das interpretações malévolas, a grande verdade é que este barco tem que chegar a porto seguro, a grande verdade é que, em momento algum, nós que não fomos os inspiradores da fusão, nós que fomos contra, mesmo pelo método pelo qual ela foi decretada, não poderíamos falar neste momento histórico com o nosso apoio.

Para declaração de voto, tem a palavra o Deputado Ítalo Bruno:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, “um dia lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói”.

Esta frase foi dita por Machado de Assis e, no início de minha declaração de voto, desejo fazer justiça por reconhecimento, com grande antecipação de anos, ao grande Machado de Assis.

Sr. Presidente, no exercício de um mandato popular — eleito que fui especificamente Deputado Constituinte e representando na Grande Comissão, o meu partido, a Aliança Renovadora Nacional — pudemos sentir e registrar a nossa simples colaboração como estudioso do assunto constitucional e empreender dentro da maior simplicidade, a nossa colaboração.

Mantivemos diálogos com os componentes do Movimento Democrático Brasileiro porque nós, representantes da Aliança Renovadora Nacional, nos sentimos na obrigação moral, profissional e até patriótica de dar tudo de nós a fim de que pudessemos ter quase perfeita a Constituição do novo Estado do Rio de Janeiro.

Muitos Deputados componentes desta Casa já declararam o seu voto. Sr. Presidente, estou totalmente favorável. Um dos grandes pontos há de ser assinalado na elaboração da Constituição e foi demonstrado desde o início, por ocasião da instalação da Grande Comissão Constitucional, no dia 18 de março de 1975. Quando me lembro, Sr. Presidente, de que muitos anteprojetos de Constituição foram apresentados àquele órgão, permito-me focalizar alguns aspectos e fatos que merecem ficar registrados nos Anais desta Casa, ao ser nesta tarde aprovada por unanimidade a redação final da Carta Magna do Novo Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, grupos de Deputados querendo impor anteprojetos de Constituição. Era aceitável. Houve debates. E nós, em nossa humildade, embora registrando a nossa posição coerente, desde aquele dia até

hoje, nos conservamos numa linha erecta como autênticos e independentes representantes do povo que nos outorgou o mandato para especificamente elaborarmos a Magna Carta do novo Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, subsídios tivemos, sim — do Desembargador Ivair Nogueira Itagiba; do Instituto dos Advogados do Brasil; do jurista Carlos Medeiros da Silva; e também de constitucionalistas como Temístocles Cavalcanti, Aliomar Baleeiro e tantos outros que foram consultados por nobres e honrados companheiros desta Assembléia Constituinte. Mas, Sr. Presidente, esta Assembléia demonstrou uma dignidade e hoje sai engrandecida, ao aprovarmos a redação final da Constituição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não faltaram alguns Deputados que tentaram tumultuar, que tentaram impor certos trabalhos. Mas prevaleceu o bom senso, encontrando-se o denominador comum entre os 94 Deputados, com boa formação democrática visando ao interesse público, longe dos interesses particulares e até mesmo partidários.

Portanto, Sr. Presidente, essas razões lógicas e reais da minha declaração de voto, secundando as palavras dos meus honrados companheiros desta Assembléia Constituinte, porque indistintamente ARENA e MDB formam um bloco coeso, para dar, em condições que eu não diria perfeitas, ao Governador Faria Lima, a possibilidade de implantar a fusão, criando o novo Estado do Rio de Janeiro.

Sabem muito bem os Srs. Constituintes componentes desta Casa que a união faz a força. Temos, a partir da transformação da Assembléia Constituinte em Assembléia Legislativa, uma grande responsabilidade sobre os nossos ombros.

Essa razão, Sr. Presidente, me fez pronunciar esta declaração de voto, demonstrando — e, ao mesmo tempo, despertando a atenção dos honrados componentes desta Assembléia Constituinte — que o Governador Faria Lima, após a aprovação da redação final do texto constitucional, terá, nesta Constituição, a possibilidade de executar aquilo que a Lei Complementar n.º 20 estabeleceu.

Lembrei as palavras de Machado de Assis, sobre a construção da ponte Rio-Niterói, porque nela poucos acreditavam. E o mesmo ocorreu com a fusão, mas o Governo Federal decretou essa fusão dos dois Estados, fusão que politicamente já existia. A nós, do Poder Legislativo, coube a tarefa que já concluímos. Os Deputados Constituintes cumpriram a sua missão e nesta oportunidade apresentamos aos nobres componentes da Grande Comissão e aos demais membros desta Casa as nossas congratulações.

Pela minha aritmética, foram 128 dias de trabalho ininterrupto, quando os Deputados não pouparam esforços para a elaboração, para o aperfeiçoamento da nossa Carta.

Sr. Presidente, estendo as minhas congratulações também a todos os funcionários porque, direta e indiretamente, participaram dos nossos trabalhos, assessorando todos os Deputados. E lembro também essa dinâmica, essa briosa bancada de imprensa na Assembléia Constituinte, que sempre soube externar seu ponto de vista dentro da sua interpretação, sobre este ou aquele capítulo, às vezes pró, outras contra.

Sr. Presidente, nossas congratulações a V. Ex.<sup>a</sup> que soube, com o seu tirocínio, equilíbrio e bom senso, dada a sua grande formação, conduzir essa Casa, objetivando a aprovação da Carta Magna do novo Estado do Rio de Janeiro.

Nesta oportunidade, mais uma vez, desejo que a justiça seja feita neste Plenário ao nosso grande mestre, o ilustre Presidente da Grande Comissão Constitucional, Deputado Frederico Trotta, dada sua coerência, espírito de renúncia e capacidade, procurando atender em altas horas até a insistência do Deputado que lhes fala neste momento.

Não é possível deixar de fazer justiça a esse Deputado, independentemente da tendência partidária, que tão bem, com brilhantismo, com bom senso soube comandar aquela Comissão Técnica, que é o decano — posso assim chamar-lhe — o mestre dos mestres, Deputado Frederico Trotta.

A S. Ex.<sup>a</sup> o Deputado Frederico Trotta e às Lideranças, que bem agiram com descortínio, com equilíbrio, que demonstraram grande capacidade de renunciar e de sofrer privações, à Líder da Minoria, Deputada Sandra Cavalcanti, ao Líder da bancada da ARENA, Deputado Luiz Fernando Linhares, aos componentes do MDB com os quais tive a honra de conviver a partir de 15 de março último, ao Líder da bancada do MDB, Deputado Claudio Moacyr, e ao Líder da Maioria a quem, de tão conhecido, talvez se possa aplicar a expressão "patrimônio da cidade do Rio de Janeiro", Deputado José Maria Duarte, a todos as nossas congratulações.

Para declaração de voto, tem a palavra o Deputado Frotta Aguiar:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o dever me impõe fazer esta declaração de voto. Deus me deu a felicidade de tomar parte, mais uma vez, de uma Constituinte. Em 1961, era o orador Deputado Federal. Político de convicção, desejava completar, diante da orientação de uma escola política, o meu currículo legislativo. Vereador de 47 a 51, Deputado Federal, faltava-me ser Deputado Estadual. Mesmo exercendo o mandato fe-

deral, concorri à eleição à Constituinte do antigo Estado da Guanabara, quando a Capital federal foi transferida para Brasília.

Elegi-me, credenciado pela confiança e merecendo o apoio do povo carioca. Completava, assim, o meu currículo parlamentar: Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal. Recordo-me, perfeitamente, das figuras de dois ilustres juristas que prestaram a este país relevantes e inestimáveis serviços: Themístocles Cavalcanti e Aliomar Baleeiro que, com suas sábias lições, com orientação segura no encaminhamento das matérias que lhes eram afetadas, honraram e dignificaram a Constituinte de que fizeram parte.

Hoje, Sr. Presidente, aqui me encontro, ao lado de tantos colegas merecedores do meu respeito e da mais profunda admiração, com esta satisfação cívica de, mais uma vez, procurar servir à causa pública. Neste plenário, tive oportunidade de fazer estudo comparativo dos três trabalhos oferecidos à Grande Comissão como subsídios à elaboração da Carta Magna que há pouco aprovamos.

Nesses estudos, Sr. Presidente, ora elogiamos, ora apontamos falhas, tecendo críticas que julgávamos necessárias e indispensáveis ao aprimoramento do texto constitucional. Movia-nos o desejo maior de colaborar com os companheiros de representação popular. A nossa atuação nada teve de pessoal; as divergências jamais motivadas pelo personalismo. Não podíamos, no entanto, trair a orientação que traçamos, dentro dos princípios que sempre nortearam as nossa atitudes. Aprecio a firmeza de atos: fujo das vacilações. Repudio critérios discriminatórios.

Ressaltei sempre desta tribuna que minha atitude não era de protesto, mas em virtude de posição assumida e situando responsabilidades. Sr. Presidente, jamais poderia concordar, digamos, com um dispositivo que transforma um instituto jurídico, de tradição do Direito, em propriedade de entidades jurídicas.

Não poderia aceitar, quando muitos assentiram em não estabelecer um prêmio aos contratados do Estado, a exemplo do que foi feito na Constituição Federal de 67, considerando estáveis todos os que tivessem cinco anos de serviço público, na data da promulgação. Não era nenhum escândalo; não ia afetar, não ia atingir a estabilidade do Estado nem das instituições. Não era iniciativa do autor da emenda, que outra coisa não fez senão se basear numa iniciativa antiga de outros legisladores; e a Constituição de 67 foi promulgada em pleno regime revolucionário.

Por essas e outras coisas, que o momento não permite análise em detalhes, porque o dia de hoje é de alegria para todos nós, quero acen-

tuar que, enquanto se lembravam de funcionários categorizados, esqueciam-se dos humildes, modestos. Haveria de aparecer alguém que pudesse defender esses humildes, esses modestos funcionários — e me refiro a direito adquirido, como por exemplo, o caso dos triênios, que só interessaria aos deste lado, aos do Estado da Guanabara.

Tudo Isso ficou de lado, a título de que, em dispositivo genérico, estava prevista a defesa desses direitos. Sr. Presidente, minha divergência não vai influir na minha disposição, nesta hora, de felicitar todos os que contribuíram para a conclusão de nossos trabalhos. Todos os oradores que compareceram à tribuna trouxeram a satisfação e sua esperança de que a Constituição, que será promulgada, irá servir aos interesses do povo carioca e fluminense, depois da fusão.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer referência a V. Excia. que muito contribuiu para a normalização de nossos trabalhos, evitando os atritos naturais. Foi, portanto, uma garantia e V. Excia. sabe que são sinceras essas palavras. Ao ilustre Líder da bancada do MDB, Deputado Claudio Moacyr; ao Líder da Maioria, Deputado José Maria Duarte; à grande Líder da bancada da ARENA, Deputada Sandra Cavalcanti; ao Líder da Minoria, Deputado Luiz Fernando Linhares, cabem o mérito especial na consecução desse trabalho.

E não poderia deixar também, Sr. Presidente, de citar com carinho e simpatia os relatores das Subcomissões e da Grande Comissão, porque tiveram, realmente, um grande mérito na condução desses trabalhos. De qualquer maneira, mesmo fazendo estas restrições que julguei necessárias, como Deputado Constituinte fiquei satisfeito pela conclusão dos nossos trabalhos. Não é uma Constituição perfeita. Ela vai, certamente, receber críticas, não tenho a menor dúvida, mas o que foi feito aqui o foi dentro daquelas limitações humanas.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Claudio Moacyr:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo inicialmente, nesta declaração de voto, agradecer em nome da liderança do Movimento Democrático Brasileiro, aos funcionários da Assembléia Constituinte, que colaboraram, de forma decisiva, para que nossos trabalhos obtivessem o êxito necessário. Desde o mais humilde até o mais importante, todos eles tiveram participação decisiva para que a elaboração constitucional pudesse seguir o seu ritmo normal.

O setor de divulgação, desde a chefia, confiada a Evandro Pereira da Silva, ao chefe de serviço Carlos Acir de Moraes Lamego, ao assistente Kleber Costa Dezouzart, responsáveis pelas publicações junta à Imprensa

Oficial, até os funcionários da Grande Comissão Constitucional, todos se mostraram zelosos, cumpridores dos seus deveres, sem observância de horários, varando as madrugadas, mas colaborando para que os nossos trabalhos obtivessem sucesso.

Aqui no Plenário, a taquigrafia, dando a sua valiosa contribuição para o êxito indispensável da feitura da Carta Constitucional.

Quero ressaltar agora, Sr. Presidente, a participação da Grande Comissão de 47 Deputados, sob a presidência do Deputado Frederico Trotta, tendo como Relator-Geral o Deputado Gilberto Rodriguez, mas todos eles, em número de 47, dando a sua vivência, a sua experiência, a sua contribuição para que a Carta do novo Estado pudesse servir, se não de modelo, mas pelo menos pudesse demonstrar o que representa um trabalho dinâmico, um trabalho de grupo, um trabalho de coordenação.

O Relator-Geral, que teve na sua assessoria pessoas da mais elevada compreensão e dos melhores conhecimentos, deu também a sua parcela maior de ajuda à nova Constituição do Estado do Rio. Como Líder, não posso deixar de ressaltar e realçar a atuação da bancada do MDB, que não foi compreendida por Deputados da ARENA. No dia em que aqui nos reunimos para votação do anteprojeto e que recusamos vários destaques solicitados pela ARENA, funcionando de forma monolítica, o nosso desejo não era de dar demonstração de força, tanto que sempre caminhamos na base do diálogo e da compreensão. Mas depois de todas as aberturas proporcionadas pela bancada do MDB em plenário, havia necessidade de um comportamento equânime de toda a bancada, atendendo não aos interesses momentâneos, mas atendendo, acima de tudo, aos interesses do partido e da bancada, dando uma demonstração ao público de que efetivamente o MDB aceita ponderações, mas em verdade era o partido que comandava a elaboração constitucional.

Aceitar o diálogo, aceitar ponderações, fizemos durante o decorrer de quatro meses, mas na hora da votação final era indispensável que ficasse demonstrado o comando efetivo da bancada do MDB. Não foi outra a nossa intenção. Recebemos críticas e as recolhemos de companheiros da ARENA, mas eles sabem perfeitamente que não poderia ser outra a ação da Liderança e da bancada do MDB, não permitindo que fatores estranhos tivessem interferência junto à bancada na hora de sua decisão, não permitindo que ela se fracionasse em divisões partidárias, entre chagistas e amaralistas.

A bancada votou monoliticamente com a liderança, tendo confiado a essa mesma Liderança, momentos antes da votação, amplos poderes para agir no plenário.

Essa palavra era necessária aos nossos companheiros da Aliança Renovadora Nacional. Não foi uma demonstração de força pela força. Era indispensável que a bancada, depois de concordar com tantas ponderações, depois de abrir por ela mesma o diálogo, de estender as mãos à Minoria para o diálogo, de aceitar o diálogo com o Governador do Estado e com o Governo Federal, acatando muitas e rejeitando outras tantas, quando se chegou ao objetivo comum da bancada, necessário se fazia uma atitude daquela natureza, sem com isso querer diminuir ou desconceituar qualquer integrante da ARENA.

Era um compromisso da bancada, que recebeu uma declaração da maioria do povo fluminense, e que precisava corresponder, na hora da votação em plenário, a essa confiança depositada no Movimento Democrático Brasileiro.

Temos certeza de que os arenistas compreenderão as ações dos emedebistas, tanto quanto temos certeza de que todos os emedebistas compreenderão o porquê das determinações da Liderança naquele dia, e foi por isso que nós conseguimos chegar hoje à Redação Final, votada à unanimidade. Tivesse a Liderança naquele dia permitido um número excessivo de destaques para discussão e não teríamos chegado hoje a este resultado feliz, em que a Casa, à unanimidade, votou a Redação Final da nova Carta Constitucional do Estado do Rio de Janeiro.

As minhas palavras, Sr. Presidente, de agradecimento a todos os Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, indistintamente, pela compreensão, pela colaboração prestada à Liderança, pelos subsídios trazidos à elaboração da Carta, tanto quanto minha palavra de respeito aos integrantes da Aliança Renovadora Nacional.

Sei que muitas vezes vencidos foram os integrantes da ARENA em plenário ou na Comissão Constitucional. Mas em todas as oportunidades eles souberam compreender o porquê da manifestação do Movimento Democrático Brasileiro. Problemas de ordem política, problemas de ordem interna vividos pelo partido determinavam uma conduta exemplar em plenário, sob pena de não se atingir o objetivo a que todos nós, integrantes do MDB, nos propusemos perante às câmeras de televisão, perante às estações de rádio, os jornais, nas praças públicas, em vilas, vilarejos, durante a campanha de 15 de novembro de 1974.

As minhas palavras sensibilizadas de agradecimento e de compreensão a todos que colaboraram, funcionários e Deputados, para que o novo Estado pudesse ter, no dia 23, a sua Constituição promulgada pelo Presidente da Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro, contra-

riando previsões, contrariando expectativas, contrariando interesses de grupos, que desejavam ver uma Constituição outorgada.

Assim, Presidente José Pinto, no dia 23, às 21 horas, quando V. Excia. determinar a abertura da sessão para promulgação da Carta Constitucional, a classe política dará um grande passo, uma grande avanço para seu prestígio e para sua conceituação.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Antônio Gomes:

Sr. Presidente, ilustres Deputados, depois de ouvir os brilhantes oradores que me antecederam na tribuna e tendo em vista este grande acontecimento, ou seja, a aprovação da redação final do texto constitucional, não poderia faltar com minha modesta palavra.

Membro da Subcomissão de Educação, aliado a valores políticos do quilate do Sr. Gama Lima, do Sr. Paulo Pfeil, do Sr. Aluísio Gama e do Sr. Rubens Ferraz, este modesto Deputado, que surgiu nesta Casa como pequena semente, que tem procurado dar os seus frutos desempenhando sem galhardia seu mandato, gostaria de dizer aos seus companheiros que foi um privilégio compartilhar desta Subcomissão.

Tenho muito prazer em participar, ao lado dos membros desta Casa, de trabalhos como o que acabamos de aprovar. São alvo de homenagem, também, os funcionários que dentro dessa faina constante dedicaram-se ao trabalho de apoio aos elaboradores da nova Carta Constitucional.

Aos bravos companheiros da ARENA, que conosco ombrearam na feitura deste trabalho, as nossas homenagens. Também não poderia deixar de citar os que ofereceram subsídios a esta Casa, com a apresentação de seus trabalhos para, baseados neles, podermos apresentar substitutivos que deram origem à Carta Magna do Estado, essas figuras de notável saber jurídico, como Carlos Medeiros da Silva, Itagiba Nogueira e o subsídio do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Todos participaram desse trabalho que teve à frente a figura incansável de Frederico Trotta, com sua experiência e o seu conhecimento constitucional e que se houve muito bem em seu trabalho de Presidente da Grande Comissão Constitucional. Também o Presidente desta Casa não mediu esforços para que esse trabalho pudesse chegar ao fim, aliado às Lideranças dos Srs. Deputados Cláudio Moacyr e José Maria Duarte.

O povo do Rio de Janeiro tem agora a sua Constituição, elaborada por homens capazes, experientes, inteligentes, o que permitirá seja destacado entre os demais poderes da Federação. Nós, os 94 Deputados, do MDB e da ARENA, demos demonstração de força, de união e de cons-

ciência que me faz lembrar conhecida frase: "Conduzimos e não somos conduzidos".

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Josias Ávila:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, compreendo perfeitamente a desnecessidade de minha declaração de voto, pelo muito que já foi dito aqui e por quase tudo o que já foi feito na elaboração da Constituição.

Mas não poderia deixar de participar deste momento que a história marcará por certo. E por isso, em breves palavras, quero assinalar a minha posição. Digo, com muita honra, que pertencço ao meu partido, a Aliança Renovadora Nacional, e dele não pretendo me afastar em momento algum. Assim, Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, elogiar a atuação da Comissão eleita pelo meu partido para o trabalho de elaboração do projeto constitucional, aos Deputados Paulo Pfeil, Alberto Torres e Sandra Cavalcanti, que por nós, membros da Aliança Renovadora Nacional, falaram durante todo o tempo, participaram com brilho que cada um é peculiar e, sem dúvida alguma, com isso muito puderam fazer em favor da elaboração do texto constitucional.

Ressalto, portanto, de início o trabalho dessa comissão, mas não poderia deixar também, Sr. Presidente, de elogiar os membros do Movimento Democrático Brasileiro, a todos os que participaram com suas emendas, ao Líder da Maioria, José Maria Duarte, ao Líder do MDB, Deputado Cláudio Moacyr, e também demonstrar o nosso reconhecimento ao Líder da Aliança Renovadora Nacional, Deputado Luiz Fernando Linhares. A V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pelo muito que fez em prol dos trabalhos de elaboração da Constituição; ao Presidente da Grande Comissão, Deputado Frederico Trotta; ao Deputado Gilberto Rodriguez, Relator-Geral da Grande Comissão, a todos os membros da Comissão Constitucional; aos funcionários desta Casa, aqueles que trabalharam mais diretamente com a Comissão Constitucional, enfim, todos nós Sr. Presidente estamos de parabéns porque terminamos a primeira parte dos trabalhos para os quais fomos eleitos pelas nossas comunidades.

Por último, desejo dizer, Sr. Presidente, que estarei sempre pronto a participar, como é meu dever, do processo legislativo e espero que tudo que for feito nesta Casa seja como na Constituição, para engrandecimento de cada um de nós. Que Deus abençoe a cada um de per si, para que saibamos honrar os votos que recebemos do povo do Estado do Rio.

Para declaração de voto, tem a palavra o Deputado Paulo Duque:

Sr. Presidente, Senhores Constituintes, nesta fase de nosso mandato, possivelmente a mais importante desses quatro anos em que convivemos nesse plenário, V. Ex.<sup>a</sup> agiu com toda sabedoria ao permitir que

a sessão se alongue até que todos os presentes façam pronunciamento, não de despedida ao projeto, mas de afirmação.

Se pesquisarmos e perquirirmos as contribuições, tenho a impressão de que me perderia no tempo, no espaço, nos nomes, nas figuras representativas que nos procuram e, sobretudo, nos dois ou três Deputados que deram de sua saúde, inteligência e esforço físico, quase sobre-humano, tudo para chegar a bom termo os trabalhos de hoje.

Seria arriscado, a esta altura, citar nomes, para não cometer injustiças. De tal maneira foi contraditória minha oposição a um dos Deputados, que faço questão de, em homenagem especial, referir-me expressamente a S. Excia.

Refiro-me ao Sr. Deputado Gilberto Rodriguez, cuja posição de serenidade, comportamento tranqüilo, noção de direito, pensamento democrático e sobretudo personalidade de solidariedade humana chegou a impressionar-me vivamente. Presto ao nobre colega, ora ausente, esta homenagem pois o cargo de Relator de um projeto constitucional sem desmerecer a contribuição de quem quer que seja, na minha opinião é o mais trabalhoso, o mais sofrido e, às vezes, o mais injustiçado, o mais comprometido e de elevadíssima responsabilidade.

Estou à vontade para fazer este pronunciamento porque em inúmeras ocasiões divergi de S. Ex<sup>a</sup>. Não fosse sua tenacidade, seu espírito público, sua elevada compreensão dos assuntos parlamentares, sua paciência em ouvir, e tranqüilidade em escutar, sobretudo de argumentar, e possivelmente, em tão curto espaço de tempo, não teríamos conseguido superar as divergências às vezes inconciliáveis, pontos de vista contundentemente contraditórios e posições irreflexíveis.

Ocorreu aqui um milagre oriundo, sem dúvida, de tipo todo especial de revolução. Continuo sustentando ainda que a existência de uma Constituição só pode ser determinada quando há uma revolução; e houve uma revolução completamente diferente da sua aceção, do seu termo puro. A fusão dos dois Estados constitui, em todo o Brasil, hoje, resultado da revolução diferente e encontrou o Sr. Deputado Gilberto Rodriguez, designado Relator do seu maior objetivo que foi o Projeto Constitucional, em redação final, sem dúvida alguma, homem dotado de qualidades excepcionais, a fim de levar a bom termo este trabalho tão espinhoso, tão difícil. E sem esquecer evidentemente o alto nível de compreensão de juristas, porém dotados de elevado espírito público, contribuíram com as lideranças da Maioria e da Minoria desta Casa, das Lideranças dos dois partidos, enfim, todos aqueles que, direta ou indiretamente, apresentaram qualquer tipo de contribuição.

Pessoalmente não participei de nenhuma Subcomissão da Grande Comissão. Não fui membro da Comissão Constitucional, motivo pelo qual minha contribuição limitou-se à apresentação de várias emendas e tive a felicidade de ver, hoje, duas delas aprovadas, emendas sem maiores significados mas cuja finalidade última foi apenas aperfeiçoar um projeto, pois nenhum projeto é perfeito, como também não é o nosso, mas muito se aproxima da perfeição.

Ficam aqui minhas palavras de homenagem a todos os Constituintes do presente e do passado, aqueles que tiveram assento nesta Casa em passados próximos e remotos, que elaboraram para nosso país, desde aquela famosa reforma da Carta de 1926, ainda no Governo Arthur Bernardes, até a Constituição de 1934. Onde estão hoje aqueles vultos que tiveram assentos nesta Casa, se não na memória dos estudiosos ou nos Anais perdidos, ou nos porões deste mesmo Palácio?

Quem se lembra de um Otávio Mangabeira, Prado Kelly, Vieira de Mello, Juscelino Kubitschek, Benedito Valadares e Armando Falcão, homens que tiveram atuação destacada e decisiva na elaboração da Constituição brasileira de 1946?

Poderia ainda citar tantos e tantos outros sábios e juristas, que trabalharam como nós, produziram o que tentamos produzir e no final vibraram, como vibramos, ao se encerrar nossa missão histórica da feitura da Carta Magna do Estado do Rio de Janeiro. Não poderia, Sr. Presidente, por uma questão de mera justiça, deixar de ressaltar o papel relevantíssimo de boa sabedoria política, serenidade partidária e elevado espírito público, que norteou a conduta do Sr. Deputado Gilberto Rodriguez, de quem divergi e discordei em muitas oportunidades.

Aproveito a oportunidade, de grande significação para mim, porquanto minhas palavras hão de ficar registradas nos Anais, que já estão sendo preparados, para fazer justiça ao jovem Deputado do Estado do Rio de Janeiro, de quem divergi muitas vezes. Assisti ao trabalho diuturno de S. Ex<sup>a</sup>, sem hora para descansar. Afastado do recesso do seu lar, durante muitas e muitas madrugadas, S. Ex<sup>a</sup> sabia que poderia ser alvo das maiores críticas, muitas vezes injustas, de componentes deste plenário.

Faço este pronunciamento muito pessoal, neste instante, justamente porque S. Ex<sup>a</sup> não se encontra presente. Com elevado espírito público, espontaneidade e maior seriedade desempenhou a contento a difícil e espinhosa função de Relator-Geral do Projeto Constitucional.

Para declaração de voto, com a palavra o Deputado Luiz Fernando Linhares:

Pretendo ser breve, Sr. Presidente, porque depois que aqui cheguei e por informações que tive, acredito que já se disse tudo aquilo que se fazia necessário.

Estamos chegando do extremo norte fluminense, de Itaperuna, onde percorremos quase 400 quilômetros. Enquanto percorria, pensava em tudo aquilo que necessitava o Estado do Rio para ser um Estado de economia homogênea, para que se eliminasse os grandes contrastes sociais, para que pudesse viver o sonho da fixação do homem à terra, para que se pudesse, finalmente, ver concretizado o sonho de muitos que, como eu, achavam e ainda acham que a fusão é uma solução natural, histórica, geográfica e humana e que hoje estávamos encerrando o capítulo da Constituição que afinal ficou sendo aquilo que sempre imaginamos deve ser uma Constituição, normativa, como ponto de união entre povo e governantes, entre operários e empresários.

Assim, imaginávamos, deveria ser a Constituição e assim, felizmente, a veremos promulgada por V. Ex.<sup>a</sup>

Ouvi atentamente as palavras do nobre Deputado Claudio Moacyr. Ouvi com mais atenção ainda quando S. Excia. declarou que o MDB votou monoliticamente. Eu me permito concluir que também de forma monolítica o MDB assumiu a responsabilidade por eventuais imperfeições que ainda possam existir na Carta. Porque as emendas apresentadas pela ARENA em nenhum momento tiveram a intenção de demonstrar que nós, minoria óbvia, pudéssemos comandar o espetáculo, mesmo porque acredito que pelo menos contar cada um de nós sabe.

As emendas da Arena foram, obviamente, uma tentativa a mais de contribuição. Por isso o meu brilhante amigo Claudio Moacyr há de convir que a nós é dado o direito de entender que não era hora de se votar monoliticamente. A nós é dado o direito de imaginar que era hora de votar cada emenda de forma fria, serena, cautelosa. Mas aceito a declaração de que o MDB votou monoliticamente e monoliticamente, repito, assumiu a responsabilidade.

A ARENA, por ser minoria, quando se acabavam as Subcomissões, entendeu de se reunir e designar uma comissão composta de três dos seus mais ilustres representantes para que eles pudessem, a partir daquela hora, acompanhar com atenção redobrada a evolução do processo constitucional. E por unanimidade a bancada solicitou, e foi atendida, aos Deputados Sandra Cavalcanti, Alberto Torres e Paulo Pfeil para que formassem um triunvirato constitucional e a verdade é que eles ultrapassaram a expectativa da bancada em termos de dedicação, em termos de aprofundamento, em termos, sobretudo, de preocupação em contribuir de

uma forma tão juridicamente aconselhável que ficasse definitivamente nesta Casa assinalada a colaboração da minoria arenista para o texto constitucional.

Quero em nome de todos da Aliança Renovadora Nacional, fazer um agradecimento pessoal à Deputada Sandra Cavalcanti, Líder da Minoria, e aos Deputados Alberto Torres e Paulo Pfeil pela jornada que eu não diria heróica, porque não é este o termo apropriado, mas de feito fabulosamente interessante para o nosso Estado. Varar noites, consultar dezenas de Constituições, ouvir opiniões de culturas jurídicas deste país, essa foi a participação de Sandra Cavalcanti, Alberto Torres e Paulo Pfeil.

O convívio entre MDB e ARENA, com os naturais desentendimentos, porque a 15 de novembro fomos eleitos no mais das vezes defendendo teses antagônicas, e não se poderia admitir que a partir de 15 de março não houvesse sequer uma divergência entre emedebistas e arenistas na elaboração do texto constitucional; mas essas divergências foram superadas pelo desejo comum de elaborar um texto que pudesse engrandecer a participação dos 94 Deputados. V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente José Pinto, que a nós inspirou desde o primeiro momento a confiança dos justos, a confiança dos bem intencionados, está de parabéns porque pertencendo a uma maioria, ao assumir a presidência despiu-se dessa característica para ser um elemento conciliador, um elemento que pudesse nas horas difíceis levar uma palavra de serenidade, e conseguiu. Por isso merece os parabéns. A Claudio Moacyr e José Maria Duarte, que comandaram a maioria que monoliticamente votou o último capítulo da Constituição, também temos que enaltecer pela forma sempre amistosa que conosco travaram um diálogo democrático.

Termino por onde comecei. Daqui a pouco mais de 48 horas vamos virar uma página, a página da Constituição. Vai coincidir esse momento com o momento em que o Governo do Estado, apoiado de forma notória e notável pelo Governo Federal, desencadeia uma série de realizações indispensáveis à consecução daquilo que é nosso desejo: dotar o Estado do Rio de Janeiro de economia homogênea, impedindo o êxodo inadmissível em algumas regiões da antiga terra fluminense, possibilitando a fixação do homem à terra, meta do Governo Federal, para impedir o superpovoamento dos centros urbanos.

Coincide a votação da Constituição com o desencadeamento de uma série de grandes obras. Neste momento, formulamos ao nosso Criador o pedido de que tudo corra bem para, ao fim dos quatro anos, possa o novo Estado do Rio ser aquilo que desejávamos, pelo que nos batíamos desde que assumimos o mandato, por entender que a fusão era fato his-



tórico e geográfico irreversível, que apenas teve um defeito: veio com 14 anos de atraso.

Para declaração de voto, o Deputado José Miguel:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que este é o momento mais importante para nós, porque chegamos ao final da elaboração da Carta Magna que vai dirigir os destinos deste Estado.

E tratando-se, Sr. Presidente, da Carta Magna que vai dirigir os destinos deste Estado, este momento é para nós motivo de grande alegria e também de reflexão, porque sabemos que é o grande momento histórico deste Estado que nasceu grande, oriundo da reintegração da Guanabara, como se diz, é o momento em que a filha regressa à casa paterna.

Nós que fomos Constituintes na elaboração desta Carta Magna que ficará na História, Sr. Presidente, não poderíamos deixar neste momento de nos congratular com aqueles que tiveram uma participação ativa na Grande Comissão Constitucional, sob a direção do nosso dileto companheiro, o mais idoso, talvez, desta Casa, Deputado Frederico Trotta.

Sem dúvida nenhuma este momento histórico dos dois Estados que se reintegram, há de lembrar aos nossos filhos que esta Constituinte eleita, que elaborou a Carta, cumpriu a sua missão e também deu uma demonstração de capacidade e espírito público e legislativo.

Os líderes do MDB nesta Casa, Deputado Claudio Moacyr e Deputado José Maria Duarte, sem dúvida alguma souberam conduzir os trabalhos representando o seu partido, a sua bancada, dignamente. Não poderia, também, neste momento deixar de me congratular com V. Excia., Sr. Presidente, pela lisura e maneira como conduziu os trabalhos nesses quatro meses.

Sr. Presidente, quero neste momento também ressaltar o trabalho profícuo, dinâmico, apresentado pela nossa liderança, na pessoa da Deputada Sandra Cavalcanti. Essa mulher brasileira que tem dado demonstrações de capacidade, tirocínio e mesmo de coragem vibrante em todas as horas necessárias. S. Ex.<sup>a</sup> jamais fugiu ao combate e à luta, sempre dando provas do seu conhecimento e hombridade, Sr. Presidente, sabendo respeitar e marchar com os seus companheiros, e mesmo atendendo aqueles que representam a oposição de uma maneira toda especial.

Portanto, quero parabenizar a nobre Deputada Sandra Cavalcanti pelo trabalho profícuo, data vênica, apresentado por ela, estendendo as minhas congratulações ao nobre Deputado Alberto Torres, nosso dileto companheiro.

Para mim, Sr. Presidente, que ingresso nesta Casa exercendo meu primeiro mandato, não poderia deixar de me congratular com essas duas capacidades legislativas: Deputado Alberto Torres e Deputado Frederico Trotta, os mais idosos desta Casa. Nós, que iniciamos a nossa carreira política, devemos procurar seguir os exemplos que nos têm dado de conhecedores profundos da política brasileira.

Por essa razão devemos dar a nossa contribuição, porque entendemos que neste momento a nossa presença aqui nesta casa está sendo marcada, a classe política está sendo dinamizada e reconhecida.

Não poderia também deixar de lembrar o nosso companheiro Deputado Paulo Pfeil, que, representando a bancada da Aliança Renovadora Nacional, juntamente com os demais companheiros apresentou o seu trabalho, deu a sua contribuição. E, ainda, Sr. Presidente, o nosso companheiro Luiz Fernando Linhares, essa liderança jovem que aí está, querendo dar tudo de si para que esta Casa possa elevar-se ainda mais, para que nossa presença possa lá fora ser bem vista por aqueles que nos outorgaram o direito de vir para esta Casa, para representar o povo do nosso Estado.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, quero cumprimentar os jornalistas credenciados nesta Casa e a imprensa de maneira geral e de maneira muito especial os funcionários da Casa — do mais humilde ao mais graduado, com referência carinhosa à Taquigrafia e aos Debates — que não mediram esforços e, palmo a palmo, horas e horas constantes, dando a sua contribuição, trazendo um pouco de si para que pudesse ser elaborada a nossa Constituição, pedindo que seja registrado em seus assentamentos pessoais.

Congratulo-me, enfim, com todos os que deram a sua contribuição para que o nosso Estado pudesse ter a Carta Magna que precisava. Quero ainda, Sr. Presidente, agradecer a todos os companheiros, quer da Aliança Renovadora Nacional, quer do Movimento Democrático Brasileiro, pela sua participação. Enfim, a todos aqueles que participaram da elaboração da nossa Carta Magna, possibilitando ao Governador do Estado, o ilustre Almirante Faria Lima, dispor em suas mãos da Carta Magna para dirigir os destinos deste Estado que nasceu grande e que será um marco, sem dúvida, na vida nacional.

## PROMULGAÇÃO

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro foi promulgada em solenidade no Palácio Tiradentes, na noite de 23 de julho de 1975, à qual compareceram o Governador, Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, e o Ministro da Justiça, Armando Falcão, representando o Presidente Ernesto Geisel, entre outras autoridades.

Na mensagem que enviou aos Deputados e ao povo fluminense, lida pelo Ministro Armando Falcão, o Presidente Geisel falou da importância da nova Constituição, da tarefa seguinte, que seria a implantação, na prática, da união dos dois Estados, e estranhamente na aceitação da fusão pelas populações de um lado e de outro da Baía da Guanabara.

Era assim naquela época. Os militares no poder falavam pelo povo, sem consultá-lo. E os Deputados, representantes da população, ouviam e aceitavam sem contestar. Alguns até elogiavam o "espírito democrático" do General.

Nesse clima não se poderia esperar uma Constituição avançada. Os Constituintes fizeram o que foi possível. Não muito, apenas o suficiente para dotar o novo Estado de regras que impedissem o interventor Faria Lima, erroneamente chamado de Governador, de administrar a recém-criada unidade da Federação com poderes ainda mais discricionários do que os conferidos ao Presidente da República, que obedecia a uma Constituição Federal montada em bases ditatoriais.

Essa Constituição do Estado do Rio de Janeiro esteve em vigor durante 14 anos. Só em 1989, com a volta à democracia e uma nova Constituição Federal, ela foi arquivada e substituída por outra que se não é perfeita é bem mais avançada e democrática.

A festa da noite de 23 de julho de 1975 ficou na história do Estado do Rio de Janeiro embora os discursos, mais do que qualquer outra coisa, demonstrassem o clima de subserviência do Legislativo ao Executivo na década de 70.

Com a palavra S. Ex.<sup>a</sup> Dr. Armando Ribeiro Falcão, Ministro da Justiça e representante de S. Ex.<sup>a</sup> Sr. General de Exército Ernesto Geisel, Presidente da República:

Sr. Governador Faria Lima, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Digníssimas Autoridades, Srs. membros do Congresso Nacional, minhas senhoras meus senhores, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Srs. Deputados:

Durante tantas vezes, no período de 1951 a 1960, quando se transferiu a Capital da República do Rio de Janeiro para Brasília, tive a honra inesquecível de freqüentar esta tribuna. Decorridos 15 anos, pedi licença ao Presidente José Pinto para aqui mesmo ler a mensagem que trouxe, dirigida ao povo do novo Estado, por intermédio dos seus legítimos representantes, de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ernesto Geisel.

É esse o texto da mensagem:

"Como Chefe da Nação, congratulo-me com o povo do Estado do Rio de Janeiro pela promulgação da Constituição que vai reger os destinos dessa unidade federada. Cumpriu-se etapa essencial no processo de fusão, estabelecida na Lei Complementar de julho do ano passado. O novo Estado do Rio de Janeiro, pelas suas virtualidades, representa apoio decisivo ao progresso harmônico da Federação brasileira e se destina a promover, com o desenvolvimento econômico e social, a melhoria da qualidade de vida e a conseqüente elevação dos padrões de bem estar de sua população.

Contam-se cariocas e fluminenses entre as populações mais capacitadas e laboriosas do país e podemos alimentar a certeza de que, conduzidos por governantes dedicados e probos, têm condições para tornar as potencialidades de hoje nas realizações de amanhã.

Por isso mesmo, o ato de promulgação da Constituição do Estado, ao invés de diminuir aumenta a responsabilidade de quantos, pelo voto popular, integram, doravante, o que será a Assembléia Legislativa. Coube-lhes traçar as linhas mestras da composição e do funcionamento dos Poderes do Estado. Agora, passarão a tratar da rotina da administração, legislando para que o Executivo e o Judiciário se possam bem desempenhar das funções que lhes competem. Mais do que antes, far-se-ão sentir as solicitações do benefício político e até naturais inclinações pessoais, a que é preciso, sempre e em quaisquer circunstâncias, sobrepor o interesse coletivo, a boa aplicação dos recursos que o contribuinte estadual entrega ao erário e o afaçamento, no espírito público, das instituições que nos regem e que queremos aprimoradas.

Não se dará esse aprimoramento, nem poderão as instituições resistir aos embates do mundo moderno se não contar com a rigorosa e cons-

ciente fidelidade daqueles a quem o povo, pela sua confiança, entregou a gestão da coisa pública. A conduta da Assembléia Constituinte na feitura da lei maior do Estado, induz à persuasão de que essa confiança será merecida.

De fato, nos momentos em que foi preciso distinguir, escoimando a matéria constitucional do que não lhe era compatível, nem pela natureza, nem pelo objeto, mostraram-se os seus membros sensíveis aos apelos que se fizeram em nome do bem comum. Essa é uma espécie de atitude que anima a trabalhar pelo aperfeiçoamento da vida pública e impõe, a cada um de nós, empenhar-se na austeridade da conduta pessoal, sem o que jamais se alcançará para o nosso povo a prática coerente e eficaz do autogoverno. Se é certo que se exerce ele através de representantes eleitos, não é menos de que do reto comportamento destes; de sua impessoalidade e honradez de propósitos decorrerão a respeitabilidade e o prestígio das instituições de governo e de administração do país.

A tarefa de fazer renascer a província fluminense entra agora em nova fase. Elaboradas as normas que regerão a atividade de seus Poderes, cabe a cada um deles dedicar-se a promover o interesse público e o bem geral. Para esse fim, tem esse Estado contado e continuará a contar, até que a obra comum se complete, com o apoio do governo federal. Ele o dá, sem dúvida, tendo em vista o bem dessa unidade da Federação e dos que a habitam. Mas o faz, sobretudo, visando ao interesse nacional, que impõe, nessa área do nosso imenso espaço territorial, se constitua unidade forte pela economia, forte pela tranqüilidade social e pela sabedoria política.

Deve o Estado do Rio de Janeiro constituir-se em exemplo. É predestinado a essa obrigação pela sensibilidade nacional de sua gente, adquirida ao longo do lapso de tempo em que abrigou a Capital da República e pela acolhida fraterna e sem distinções que dispensa a todos os que no Rio constituem o seu segundo lar. Isso o torna capaz de sentir e traduzir os anseios de todos os brasileiros — relevante papel político, cuja exteriorização, porém, depende de que os seus homens públicos se ponham à altura dos que, no passado, deram conceito e influência à província fluminense, bem servindo à Nação.

O país está voltado para o que se passa no Rio de Janeiro, ninguém se devendo fazer ilusões, porém, de que é agora que se inicia o trabalho mais difícil e mais árduo. Exige ele harmonia de esforços entre os Poderes do Estado, unidos pelo só propósito de renovar as suas cidades e as zonas rurais, de recuperar a sua agricultura e impulsionar o seu progresso industrial, de zelar pela conservação de seu patrimônio natural — inclusive

no que tem de rara beleza — e pela sábia utilização de seu espaço geográfico, segundo a vocação especial de cada zona. Somente um povo que já tenha atingido a grau avançado de civilização e de cultura, que busque o próprio aperfeiçoamento e escolha os mais capacitados no seu seio para as funções de representação e governo, pode aspirar missão desse porte. Falando como brasileiro, confio em que os fluminenses e cariocas o farão. E, neste momento, renovo-lhes o meu compromisso de tudo empenhar, de meu trabalho pessoal e do prestígio de meu cargo, para que assim o seja.

A Revolução de Março, com a fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, deu solução há decênios almejada para um problema que não era simplesmente regional, mas de cunho nitidamente nacional.

Estou convencido de que a Revolução acertou, e disso provas eloquentes foram a aceitação e a adesão notórias das populações dos dois antigos Estados à iniciativa unificadora.

O Altíssimo inspire sempre os homens públicos do Estado do Rio de Janeiro, para que sirvam ao povo com discernimento, espírito público e patriotismo”.

Brasília, 23 de julho de 1975.

ERNESTO GEISEL

O Deputado Luiz Fernando Linhares, falando em nome da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, após as saudações às autoridades presentes, proferiu o seguinte discurso:

A 3 de junho de 1974, ao encaminhar ao Congresso Nacional a Mensagem que deu origem à Lei Complementar n.º 20, o Presidente Ernesto Geisel, no nosso entendimento, corrigiu um erro de no mínimo 14 anos.

De fato, se analisarmos friamente os dois antigos Estados, verificaremos que tudo os unia: o intercâmbio social e comercial; os meios de divulgação; a afinidade dos povos e a complementariedades das economias — este último o mais importante dos aspectos, pois acreditamos que seria impossível planejar-se as atividades econômicas mais recomendáveis para os dois Estados sem a unificação do comando. À não existência do comando único nós debitamos a coexistência de um Centro e Norte fluminense em regime de êxodo populacional e um Grande Rio em regime de explosão demográfica.

Só se poderá pensar num desenvolvimento homogêneo de todas as Regiões com o comando único agora existente em decorrência da fusão.

Aos 94 Deputados Constituintes coube a tarefa de dotar a nova unidade da Federação de uma Carta Constitucional. Tentaram todos eles, durante 128 dias, não medindo esforços, em algumas ocasiões varando as madrugadas, e sempre com pensamento voltado para o bem estar dos 10,5 milhões de seus habitantes, elaborar para o Estado do Rio uma Constituição moderna, flexível, ágil e inteiramente despida de aspectos casuísticos. Estamos todos côncios da responsabilidade que o momento histórico colocou sobre os nossos ombros. De tal forma predominou esse espírito durante o período constitucional que o enfoque partidário foi permanentemente superado pelo desejo dos dois partidos de possibilitar ao Governo do Estado a execução do projeto da fusão, sem óbices suplementares adicionados pela nova Carta.

Sabemos todos das dificuldades do Governador Faria Lima para, em curtíssimo prazo, implantar o novo Estado. Mais do que antes, entretanto, estamos convencidos do acerto da fusão e mesmo de sua inadiabilidade.

A Lei Maior, cuja promulgação neste momento estamos comemorando de maneira tão festiva, não é por si só, todavia, capaz de operar milagres e nem a isso se propõe. Ela estabelece regras sadias e presumivelmente sábias de convivência de todos nós que habitamos o novo Estado, e a nós cabe, após a sua promulgação, já tendo, portanto, as regras estabelecidas, um esforço redobrado, para que o Estado do Rio se apresente justo e promissor à nossa e às futuras gerações. Cabe-nos, por exemplo, a criação de condições que permitam a fixação do homem no interior, única forma de se impedir a geração de problemas praticamente insolúveis nos maiores centros urbanos. Também a esse respeito o período em que se discutiu a Constituição foi de grande utilidade, pois assuntos como a eletrificação rural, a distribuição do ICM, a criação de pólos de desenvolvimento econômico, a educação em seus diversos graus, a criação de cooperativas de produtos hortifrutigranjeiros e muitos outros de interesse geral foram exaustivamente debatidos e servirão de importante subsídio para o período legislativo.

Resta-nos agora pedir a Deus ilumine a todos nós, a fim de que o povo desta nova unidade da Federação possa sentir, no menor espaço de tempo possível, os efeitos positivos do grande projeto político-administrativo que é o Estado do Rio, hoje com sua Carta Constitucional promulgada. Estamos vivendo um instante de fé. É a hora em que renovamos nossa crença nos destinos do Brasil e do nosso Estado.

O Deputado Claudio Moacyr, depois das saudações às autoridades, pronunciou o seguinte discurso em nome da Liderança da bancada do MDB:

Depois de quatro meses de trabalhos, estudos e entendimentos, esta Assembléia Legislativa promulga hoje a Constituição do novo e grande Estado do Rio de Janeiro. Inegavelmente foram meses de incessante preocupação cívica, recompensados pela certeza da atuação firme e patriótica das bancadas do Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional que, acima das divergências, sempre estiveram à altura da grande missão que o povo lhes confiou.

Como Líder da bancada emedebista, só tenho palavras de gratidão e de reconhecimento aos companheiros, que por vezes, com pontos de vista antagônicos de nossa liderança, puderam reconhecê-la e aceitá-la para que ao final chegasse coesa e unida, demonstrando aos que votaram com o MDB que o partido fez jus à confiança nele depositada.

Disse durante os nossos trabalhos de elaboração constitucional, e repito agora, que a responsabilidade desta Assembléia foi muito grande, notadamente a do MDB, por ser maioria. Felizmente chegamos a bom termo e agora estamos, em clima de festa, dando o primeiro grande passo de afirmação da classe política do Estado do Rio de Janeiro, decisivo para conceituá-la perante a nação.

Esta, senhoras e senhores, é a única Constituinte que funcionou sob a vigência e vigilância do Ato Institucional n.º 5. Cumpriu, não obstante, sem temores, a sua missão, por isso mesmo mais difícil. Isso deveu-se à lucidez dos Deputados, seu desprendimento e sua capacidade de, reciprocamente, transigir, demonstrando assim alta compreensão do momento histórico que todos vivemos.

Desse modo, hoje, contrariando a expectativa de muitos e desejo de alguns, temos, não uma Constituição outorgada, mas uma Constituição promulgada pelo Poder legítimo para fazê-lo. Conseguimos, com o sadio entendimento de todos e o esforço denodado de cada um, chegar a uma Carta definida em seus propósitos, nos limites do que se poderia esperar do Estado mais politizado da Federação, muito embora a existência de um parâmetro federal não permitisse inovar a ponto de servir de modelo e inspiração de reformas que se vislumbram necessárias no Brasil de hoje.

Poderiam os Constituintes, optando pelos caminhos da facilidade ou da submissão, ter extraído a essência dos trabalhos oferecidos ou sugeridos ao nosso exame. Preferiram, porém, mesmo à custa de penitências e até de pressões, elaborar sua própria Carta, fruto de seu esforço, de sua abnegação, de sua pertinácia e de sua inspiração, sem menosprezo às sugestões de ilustres juristas como Ivair Nogueira, Carlos Medeiros e do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Nosso trabalho foi orientado sempre no sentido do respeito ao mandato popular e às tradições culturais e políticas dos antigos Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, e em momento algum, durante a elaboração constitucional, se permitiu que um possível interesse regional fosse transportado para o texto.

A compreensão das peculiaridades, o descortínio, a visão maior, o horizonte mais amplo permitiram que esta Casa efetivamente se engrandecesse pelo trabalho realizado, sem saudosismos e sem barreiras. Acredito firmemente no que afirmo: a nação, interessada nos rumos da retomada democrática, esteve e está com os olhos voltados para esta Assembléia. Os maus presságios passaram, os intentos infundados se dissiparam e temos hoje uma Carta realmente elaborada e promulgada conforme desejam aqueles cujo único compromisso é com a liberdade, com a democracia e com o Brasil.

A Constituição que hoje nasce está estruturalmente bem feita e vai propiciar a concretização da fusão de dois grandes Estados. Inovamos em muita coisa, onde era permitido inovar, principalmente no campo do sistema tributário, da organização municipal, da família, da educação e cultura, no da assistência social, no da proteção ao meio ambiente e no da ordem econômica e social.

Permitimos ao Executivo flexibilidade para analisar as inovações e decidir sobre a oportunidade de encaminhar à Assembléia Legislativa as proposições destinadas a efetivá-las. Buscamos em Constituições de outros Estados formas de adaptação e meios de adequação de que resultaram a criação de instrumentos e órgãos capazes de ajudar a ação governamental no campo administrativo e de permitir que o objetivo do Governo Federal, de efetivar a fusão dos extintos Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, em quatro anos se torne realidade.

Considero que foi evidente o nosso senso patriótico de colaborar com o processo da fusão, muito embora tenha sido ela fruto de uma decisão imposta, sem consulta às duas grandes comunidades interessadas. Entretanto, no momento em que aceitamos a candidatura a Deputados Constituintes, transformamo-nos, de corações jubilosos, em coparticipantes. O MDB, que teve sua mensagem compreendida e assimilada pela maioria do povo fluminense e carioca, assumiu posição de realce na união de forças e de responsabilidades para a concretização do processo.

Sentimos, contudo, mais uma vez, que forças pertencentes ou apoiadoras do próprio sistema dominante não concordavam com o projeto de distensão política, social e econômica iniciado pelo Governo do Presidente Ernesto Geisel. Vimos, então, que nos cabia refletir sobre o porquê ou

os porquês dos que desejavam fazer morrer no nascedouro o projeto que estávamos elaborando. A eles não concedemos, em nenhum instante, a nossa atenção porque sempre desejamos o restabelecimento democrático e a Assembléia Constituinte era, sem dúvida, um meio para atingi-lo. Firmamos nós, Deputados, de ambas as bancadas, tecnicamente, o compromisso de não permitir que nenhum ato ou fato, partido desta Casa, impulsasse a classe política em sentido contrário à distensão iniciada com as eleições de 15 de novembro de 1974.

Esse foi o cuidado de cada um de nós para desanimar os que falavam em democracia mas não a praticavam. Tivemos que definir uma linha de comportamento, não com o objetivo exclusivo de elaborar a Constituição, mas visando evitar que forças estranhas às nossas atividades formassem correntes de opinião que nos indispussem com o sistema, abrindo caminho para uma Carta outorgada. Entendíamos que apoiar a distensão, tanto quanto elaborar a Carta política, consistia em um compromisso do MDB, apesar de a forma gradual preconizada não ser a dos nossos melhores anseios.

Aceitamos e defendemos, nosso trabalho o demonstrou, a garantia da distensão oferecida pelo próprio Chefe da Nação e até hoje não desmentida por seus atos. Homens públicos realistas e conscientes, todos estivemos atentos aos movimentos que objetivaram colocar ponto final no processo político em curso. Creio que a Assembléia fluminense deu passos decisivos para colaborar com os elevados propósitos do Senhor Presidente da República, sempre com bom senso, sem curvaturas nem concessões descabidas. Nenhum de nós, ao contrário do que muitos pensaram, desejou ou pugnou pela volta ao passado. Todos lutamos pela caminhada em favor da distensão. Todos, arenistas e emedebistas, mantivemos um compromisso maior com a opinião pública brasileira e lutamos pela liberdade e pela justiça social.

Posso ainda dizer que esta Assembléia Constituinte foi sensível a todas as ponderações apresentadas, viessem de onde viessem, mas teve o cuidado de, em nenhum momento, criar embaraços e dificuldades ao pensamento da fusão, em consonância com a Lei Complementar n.º 20, de inspiração pessoal do Senhor Presidente da República. Não criamos quaisquer obstáculos e deixamos para a legislação ordinária os assuntos que, evidentemente, cabem na sua órbita. Assim agindo, a Assembléia deliberou com sabedoria porque, se por um lado eliminou o atrito e o impasse, por outro fixou normas gerais para o atendimento das mais variadas pretensões. Oferecemos, sem dúvida, campo muito maior de atuação e de estudo ao Executivo e ao próprio Legislativo.

Tivemos presente, a cada instante, que nos dois campos do Poder a maneira de atuar oferece características diversas. O Legislativo, de fácil acesso ao povo, reflete-lhe o máximo de aspirações enquanto o Executivo, ao tempo em que delas conhece, deve encontrar meios para atendê-las. É a sensível diferença entre o que representa e o que executa. O Poder que faz as leis nem sempre dispõe dos meios suficientes para avaliar a viabilidade de determinadas medidas, enquanto o que executa, munido de instrumentos normais de sua máquina administrativa, pode rapidamente decidir o que deve, o que pode e quando executar.

Quando falo que conseguimos realizar, não distingo entre arenistas e emedebistas, pois nos cumpre conquistar o respeito da opinião pública, que é, realmente, a mola propulsora do processo de redemocratização, do processo de desenvolvimento e do processo social. Por isso, é preciso que a classe política, principalmente os que integram o Poder Legislativo, supere todos os obstáculos, recupere sua força, readiquira sua substância, redimindo-se dos erros cometidos e removendo os resíduos negativos dos que não cometeu mas lhe foram imputados.

A opinião pública, quando desinformada por falta ou insuficiência de esclarecimentos, desatende aos objetivos da democracia e por isso estamos certos de que tanto como a nós do Poder Legislativo interessa ao Governo Federal, além do alargamento da liberdade de imprensa a divulgação da validade de nosso trabalho.

Não somos saudosistas. O passado deve servir apenas como exemplo para posições futuras, nunca de bússola a determinar as ações do futuro. Uma coisa é olhar o passado para dele extrair experiência e avaliar acertos e erros. Outra é desejar repeti-lo. Uma nação não se forma unicamente do passado e o presente brasileiro é pleno de episódios altamente construtivos e dignificantes. Fala-se no passado como se ele se resumisse aos anos que antecederam imediatamente a 1964 e são esquecidas as conquistas marcantes que alcançamos em todos os campos e setores, em quatro séculos de nossa história.

Realizamos nossa tarefa. Chegamos venturosamente ao final, mas com a mesma humildade de quando iniciamos. Nestes instantes derradeiros, quando partimos para novas etapas, quando nos preparamos para novas lutas, queremos afirmar que em nenhum coração brasileiro crepita com mais calor a chama do verdadeiro patriotismo do que em nossos corações abrasados de amor pelo povo e pela pátria.

Do povo o que esperamos é que continue a nos ajudar, dentro da ordem e do respeito à lei, a manter as conquistas obtidas, dentre as quais situamos a Constituição hoje promulgada. E do Poder, o que desejamos

é que se agigante, permitindo que o Poder Legislativo brasileiro se torne grande, em benefício do Brasil que é de todos nós, em benefício da democracia.

A Deputada Sandra Cavalcanti saudou as autoridades e fez o seguinte discurso em nome da Liderança da Minoria:

Esta festa cívica marca o fim dos trabalhos da Assembléia Constituinte. Um penacho de fumo branco deve ter subido hoje aos céus, avisando que, finalmente, já temos a nossa Carta. O acontecimento é digno de toda a solenidade e de toda a beleza de que está revestido.

Uma Constituição, na verdade, significa um grande ajuste, um grande acordo, uma convenção entre pessoas que resolveram fixar, em termos bem claros e bem definidos, os seus deveres, as atribuições, os limites de competência e os objetivos da sua associação. Por essa razão as Constituições recebem nomes tão expressivos: Carta Magna, Carta Maior, Lei Maior, Carta Básica.

No entanto, no momento de euforia pelo dever cumprido, pela resposta bem dada à confiança que foi em nós depositada, é bom não esquecer o ângulo fundamental, do qual devemos contemplar, do qual devemos observar as conseqüências profundas do nosso trabalho.

Mal comparando, a Carta que acabamos de elaborar para o nosso Estado e que hoje promulgamos, com tantas festas, pode ser comparada, em termos bem modernos, a uma convenção de condomínio. Tomamos posse do novo Estado, todos nós que nele habitávamos. Ao fazê-lo, sentimos a necessidade de instituir normas para esse condomínio, partilhado por todos, pelos que receberam delegações, para os que vão construir, defender e preservar o que acabam de herdar, para que todos nós pudéssemos acabar, de modo correto, o nosso trabalho.

Num edifício, a convenção de condomínio não é tudo, embora não possa faltar. O bom estado do prédio, o bom funcionamento de suas partes comuns, a manutenção de seus jardins, a conservação dos seus equipamentos, tudo vai depender, afinal, do nível educacional, do padrão de cultura e dos termos de convivência desses moradores. A convenção é letra morta e o prédio acaba em ruínas quando, apesar da letra do contrato, falta espírito aos contratantes.

Acho importante lembrar, neste momento, que não devemos esperar da Constituição mais do que aquilo que ela, de fato, nos pode dar. Temos que esperar — isto sim, e muito — do espírito público dos habitantes deste Estado, do amor que eles sejam capazes de demonstrar pelo seu bem comum, da dedicação e do cuidado que puderem destinar ao

aproveitamento de suas riquezas, à conservação do seu patrimônio e ao fortalecimento da sua presença no seio da Federação brasileira. Que a lei é importante ninguém contesta. Mas a lei só vale quando ela é viva, quando ela deixa de ser papel, quando ela se transforma no sangue, no suor e nas lágrimas se sua gente.

Muitas nações, ainda hoje, obedecem com firmeza a legislações transmitidas de geração a geração, que não estão sequer escritas. O mundo só desperta do hábito do impresso, do divulgado, há 400 anos e, no entanto, viveu sob o império da lei. É muito relativa a importância da lei. O que de fato é importante é a vivência da lei. O que importa, de fato, é o hábito da lei. O que é sério é a valorização da lei, de tal forma profunda e enraizada que, mesmo na ausência das autoridades, mesmo na falta de vigilância e mesmo no gozo do poder, ainda assim a lei sempre consiga prevalecer.

Temos diante de nós, nestes próximos quatro anos, uma tarefa difícil, audaciosa e cheia de surpresas. Não creio, não creio, sinceramente, que qualquer texto constitucional, por mais bem elaborado que fosse, promulgado e impresso, fosse suficiente para garantir o êxito de uma bela chegada. No momento em que entregamos ao povo do nosso Estado, concluída, a obra que nos foi encomendada, considero indispensável esta profissão de fé, de fé na supremacia do espírito sobre a letra, de fé na supremacia das virtudes sobre as imposições rígidas; de fé no calor entre os homens sobre as obrigações policiadas. Esta Constituição só será ótima, só será exemplar, só será um acontecimento na vida legislativa do País se todos nós, que vamos vivê-la e cumpri-la, estivermos decididos, com o coração e a vontade, a realizar o bem comum que é um direito de todos e contribuir para a felicidade de cada um, o que é um dever de todos.

Creio, mais do que nunca, na verdade milenar deste ensinamento legado ao mundo por aquele que foi autor da mais bela de quantas Constituições já se escreveram. Creio, mas do que nunca, na lição estupenda que Ele deixou para orientar a convivência entre os homens na face da terra.

Dirigindo-se aos fariseus, aqueles que acreditam só nos textos escritos e nas regras decoradas e que não se pejam de deixar o coração ser envolvido pela cabeça, separada pelo egoísmo e corroída pela ambição, a eles Nosso Senhor se dirigiu, fazendo esta advertência: "Ai de vós, escribas, fariseus, hipócritas, que pagais o dízimo da hortelã, do funcho e do caminho e menosprezais o que há de importante na lei: a justiça, a misericórdia e a fidelidade".

Após saudar os presentes, o Deputado José Maria Duarte falou pela Liderança da Maioria:

"Vivemos um momento de alto sentido democrático e afirmamos ao ato solene de promulgação da Carta do novo Estado do Rio de Janeiro obediência à Lei Maior. Uma Constituição não pode e não deve ser objeto de meras disputas individuais ou partidárias e, graças a Deus, propusemos com liberdade as teses que julgamos válidas e oportunas, dando ao povo do novo Estado a exata posição de sua vontade. Que o povo não receie o amanhã. A juventude tomará o caminho das escolas. Os trabalhadores do campo, antes ignorados pelos governos, receberão novos instrumentos que lhes proporcionarão perspectivas outras de vida. Não nos ativemos comodamente às generalidades das teses. Antes defendemos o homem, assegurando-lhe um lugar digno na sociedade livre que construímos.

Quase um milhão de cariocas e fluminenses freqüentam as universidades para garantirem o progresso da nossa pátria. O Brasil encontra o caminho do desenvolvimento, valorizando o homem pela educação. É a presença da justiça libertando o homem, garantido-lhe o amanhã e humanizando a sociedade, para que se afirme poderosa a nação. Não queremos apenas a liberdade dos que, nos centros urbanos, participam ativamente dos problemas sociais. Lutamos pela liberdade de milhões de cariocas e fluminenses, abrindo-lhes horizontes novos para integrá-los na comunidade nacional.

Educação, saúde pública, estradas, amparo à lavoura, assistência social, aposentadoria, casas populares foram temas exaustivamente debatidos e que marcaram a Carta estadual. Criamos instrumentos visando à distribuição racional das riquezas: Plano de Integração Social e Programa do Patrimônio do Servidor Público, políticas inteiramente voltadas para a justiça social. Aos descrentes, concitamos a que abandonem, por momentos, as comodidades das negações e apresentem projetos capazes de conciliar a distribuição de rendas entre as classes e a formação de poupança necessária ao desenvolvimento.

A liberdade, para nós, não é ficção, é condição existencial. Nela cremos e, por isso, combatemos vigorosamente os que a ela se opõem. Cremos na liberdade real, no sentido de que só é verdadeiramente livre o povo autoconfiante, sem temores quanto à sua sobrevivência, seja individual, familiar, política ou social, assegurando-lhe a paz íntima, suprema ambição do povo brasileiro.

Neste momento, dirijo-me respeitosamente aos companheiros da Aliança Renovadora Nacional para manifestar-lhes as homenagens do Mo-

vimento Democrático Brasileiro, reafirmando-lhes que aqui está o povo expressando sua vontade através dos partidos e tendo a certeza de que um dia a história dirá do acerto das nossas decisões. O Movimento Democrático Brasileiro saúda o povo do novo Estado do Rio de Janeiro, prestando homenagem à sua sinceridade no momento em que se promulga a sua Constituição. Fazemos voto que Deus reserve a todos desta nova unidade federativa a paz, tranqüilidade e uma indestrutível felicidade."

O último a falar na solenidade de promulgação da Constituição do novo Estado do Rio de Janeiro foi o presidente da Assembléia Legislativa, Deputado José Pinto.

"Com a consciência de quem cumpriu o dever e soube honrar o mandato que recebeu do povo, encerram hoje os seus trabalhos os Constituintes do Estado do Rio de Janeiro. Foram quatro meses de esforços, debates, estudos, críticas, revisões e correções de um texto que, aos poucos, ganhava forma e expressão até atingir sua configuração definitiva na redação final do projeto que, esta noite, será promulgado como Estatuto Político do Estado.

Naturalmente, a Constituição de um Estado-membro não pode incorporar ao seu texto nada que fira a Carta Magna da Federação, contestar o seu articulado ou opor-se aos seus conceitos. Ainda assim, procuramos fixar em nossa Lei Maior as medidas que consideramos justas para realizar, dentro do Estado, a política administrativa mais compatível com as condições em que vivemos. De resto, o que caracteriza o sistema federativo é a diferenciação dentro de um todo, a especificação no núcleo de um mesmo contexto, a definição particular em consonância com o global orgânico do país.

Para que chegássemos ao texto que hoje promulgamos, como corolário do nosso trabalho e reflexo de nossas responsabilidades, tivemos que proceder à análise das nossas viabilidades como Estado autônomo que não aspira crescer e desenvolver-se somente à custa da ajuda dos poderes centrais. Tivemos, igualmente, que focar os problemas sociais da população, para lhes dar a solução constitucional indicada, e formulamos uma melhor política de amparo a quantos trabalham, sejam empresários ou assalariados, pois há de ser por via da atividade produtiva e harmônica de todos que resultará, em futuro próximo, a realidade de um novo Estado, forjando o seu próprio crescimento e contribuindo de forma poderosa para acelerar o ritmo do desenvolvimento nacional.

A Constituição que fizemos levou em alta conta a contribuição individual dos fluminenses ao bem comum e para tanto absorveu os mais generosos princípios, visando à elevação do nível das classes trabalhadoras,

através da difusão da instrução em todos os graus, da assistência médico-hospitalar e social da coletividade e da sua proteção contra os exageros de uma política fiscal que mais embotava que estimulava o progresso da comunidade.

Uma Constituição não vale por si mesma, pouco importando o teor do seu eventual conteúdo ideológico. Seu merecimento mais relevante, e o único que deverá ser considerado, está no benefício que sua observância acarretará à sociedade à qual se destina. Assim, mesmo que não tenha a intenção ou a preocupação de ser casuístico, o texto constitucional haverá sempre de partir do estudo das condições peculiares, das circunstâncias materiais e dos problemas reais, antes de fixar-se em dispositivos jurídicos.

Em outras palavras, a lei não pode ser um conjunto de preceitos teóricos ou de especulações acadêmicas em torno de implicações doutrinárias ou filosóficas, mas um sistema de normas objetivas destinado a ser aplicado numa sociedade extremamente complexa em termos de avanço industrial ou numa comunidade modesta que ainda aspira atingir a escalonadas metas de progresso.

Convencidos de que seria esta a melhor orientação para o nosso trabalho, não nos deixamos confundir por velhos aforismas, muitos dos quais tentando preservar uma insustentável consagração do Direito Constitucional e da Carta Magna como, respectivamente, doutrina e lei imutáveis, monumentos intocáveis até o fim dos tempos, a partir do instante em que foram erigidos.

Estes são conceitos e posições que a experiência constitucional do mundo de hoje, tão marcado por transformações, até estruturais, determinadas pela ciência e pela tecnologia, condenou em todos os países.

É precisamente nesta constante evolução que reside a força do Direito. Reformulação de conceitos em razão do surgimento de novas realidades sociais, políticas ou econômicas. Adequação da lei às situações que a aspiram. Consonância da teoria em função da prática.

Segundo nos ensina o eminente Ministro Themístocles Cavalcanti, em memorável discurso pronunciado nesta mesma Casa, à época em que integrou a Assembléia Constituinte do ex-Estado da Guanabara, a própria "velha fórmula de separação dos poderes já está sendo objeto de reformulação. Será hoje mais uma técnica de competência e de poderes, um processo de divisão de trabalho ou de especialização técnica, coberta, pela razão política da preservação da liberdade contra a tirania de um só poder, do que um sistema de pesos e contrapesos sem significação muito concreta".



Dentro desta ordem de idéias, admite o ilustre constitucionalista que poucas tarefas são na realidade puramente legislativas ou puramente executivas e que o poder normativo "já se vai partilhando com o executivo, ao mesmo tempo em que a participação legislativa na obra de governo e às vezes de administração é cada vez maior".

A preocupação dos Constituintes do Estado do Rio de Janeiro foi, acima de quaisquer outras, criar os fundamentos de uma unidade federativa social e economicamente capaz de realizar-se através de uma afirmação política que seja duradoura enquanto eficaz.

Será justo ressaltar, a esta altura, o mérito da Comissão Constitucional, em seu todo, e das Subcomissões que se incumbiram da redação dos diferentes títulos do documento. Sob a presidência do experimentado parlamentar, que é o Deputado Frederico Trotta, e tendo como Relator-Geral o eminente Deputado Gilberto Rodriguez, foram incansáveis os Senhores Deputados Constituintes da Grande Comissão. Durante quase cento e vinte dias, trabalhando em regime de tempo integral, varando noites e madrugadas, assessorados por dedicados funcionários do Poder Legislativo, aqueles ilustres companheiros mostraram-se dignos do respeito, da admiração e do agradecimento de toda a Casa. De resto, assim é o procedimento legislativo, marcado por necessárias e inevitáveis formalidades e incidentes regimentais, rígida observação de prazos, debates, apresentação de emendas, supressões ou acréscimos, votações e verificações, situações que se cumpriram na Grande Comissão e, mais tarde, no Plenário, para discussões derradeiras. Aí, então, abriu-se o exame do texto a todos os Senhores Deputados e pode-se medir o interesse por eles revelado, com vista ao aperfeiçoamento da Carta, pelo extraordinário número de emendas apresentadas. Registrem-se, em deferência à verdade, a capacidade de trabalho, o tirocínio e o espírito público dos eminentes Pares que lideraram as duas bancadas, Deputados José Maria Duarte, Sandra Cavalcanti, Claudio Moacyr e Luiz Fernando Linhares, à sua visão realista, pois graças a isso pôde esta Casa formalizar, num projeto escoimado de vícios, uma Constituição para os tempos que vivemos, não uma Carta que se possa esquematicamente qualificar de boa ou má, perfeita ou imperfeita, mas que incorpora as aspirações da comunidade em geral e, em particular, as expectativas das classes que se alinham, com força do seu trabalho e das suas idéias, à frente do processo político, social e econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Excelentíssimos Senhores e Minhas Senhoras

Ao assumir o Governo da República, em março do ano findo, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República fez questão de traçar as me-

tas prioritárias que procuraria atingir à frente do Governo: a criação de "um Estado próspero, soberano e justo". Como representantes da classe política, e dos mais autênticos porque, Deputados Estaduais, permanecemos em contato com o eleitorado das nossas comunidades, vivendo os seus problemas e examinando as suas reivindicações, ouvindo os seus reclamos e as suas críticas, num convívio de todos os dias e todas as horas, estamos em condições de afiançar que o Governo do Presidente Ernesto Geisel já pode oferecer à Nação os primeiros resultados daquela diretiva.

Agora, quer o Excelentíssimo Presidente da República que a classe política recorra à sua inteligência, à sua criatividade e ao seu patriotismo para unir os seus aos esforços do Poder Central e assim, todos formando uma perfeita e bem intencionada união de propósitos, trabalhar para o aprimoramento das instituições democráticas e manter o progresso nacional em clima de paz, compreensão, espírito público e respeito mútuo, atendido aquele mínimo de segurança sem o qual nada poderia ser alcançado. Passos decisivos têm sido dados nesse terreno, ainda que não seja fácil a consecução da tarefa a que se propôs o Chefe de Governo. Mas graças a uma clarividência indiscutível, à qual se somam a vontade incomum e a formação castrense modelar, pode constatar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República que escolheu a trilha certa que levará a Nação aos grandiosos planos que lhe cabem ocupar entre os mais prósperos Estados do Mundo.

Na verdade, quando o Presidente conclamou os políticos a se aproximarem num esforço idêntico para acelerar a marcha no rumo da democratização das instituições, não o fez apelando para siglas, programas ou palavras de ordem setoriais. Assim, em lugar de assumir uma posição partidária, o Chefe de Governo, até mesmo em respeito ao cargo que tão nobremente exerce, chamou a todos, a todos pediu ajuda e de todos passou a esperar uma resposta à altura da convocação formulada. Sensibilizou-nos de modo especial o apelo que endereçou "à imaginação criadora dos políticos, no sentido de instituir remédios prontos e eficientes, dentro do contexto constitucional, para a manutenção da atmosfera de segurança e ordem, da qual depende o desenvolvimento econômico-social do País".

Pois na medida da nossa capacidade e do nosso entendimento, na medida, sobretudo, do nosso sentido de dever, estamos dispostos e em condições de dar uma contribuição efetiva aos empenhos do Presidente da República.

A nós, políticos, cidadãos responsáveis por força do mandato que recebemos do povo, só nos motiva, anima e estimula a certeza de que estaremos nos associando a uma tarefa patriótica, cuja consumação será

um êxito se tivermos a coragem e a possibilidade de superar as nossas deficiências ou predisposições, ou se converterá em frustração total, se nos deixarmos abater pelas fraquezas que são a própria negativa da vontade. Assim será construída “na verdade e na franqueza — para usar palavras do próprio Presidente Geisel — a mais perfeita sintonia do sentir, do pensar e do querer, essencial à plena concretização de nossos levantados ideais comuns de brasileiros”.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Justiça, Doutor Armando Ribeiro Falcão, ilustre representante de Sua Excelência o Senhor Presidente da República:

Vossa Excelência prestou relevantes serviços à Assembléia Constituinte, desde antes de sua instalação, pois foi ao Titular da Justiça que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República confiou o encargo de preparar o Palácio Tiradentes para que nele pudessemos trabalhar.

Somos testemunhas do zelo, do interesse e da dedicação com que Vossa Excelência se houve para cumprir a determinação presidencial. Vossa Excelência foi ainda incansável em oferecer, em todos os momentos, aos Deputados Constituintes, a sua reconhecida experiência parlamentar e é em nome desta Casa que apresento a Vossa Excelência, neste momento histórico, o testemunho de nossa gratidão e do nosso respeito.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Eminente Almirante Floriano Peixoto Faria Lima:

Vamos passar às mãos de Vossa Excelência, nesta oportunidade, o instrumento jurídico que o auxiliará a cumprir a honrosa e histórica missão que lhe confiou o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, seja a de concluir a integração dos dois Estados. Nossos mais ardentes votos são para que Vossa Excelência alcance as melhores vitórias em sua árdua tarefa. Desde já, como membros do Poder Legislativo, estaremos ao dispor do seu Governo, sempre e a qualquer momento, pois também somos em parte responsáveis pelo futuro da terra fluminense.

Exmo. Sr. Senador Magalhães Pinto, eminente Presidente do Senado da República; Exmo. Sr. Deputado Célio Borja, digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Desembargador Luís Antônio de Andrade, Meritíssimo Presidente do Tribunal de Justiça; Eminentíssimo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, Reverendíssimo Arcebispo do Estado do Rio de Janeiro; Exmo. Sr. Eng.º Marcos Tamoyo, Prefeito da Cidade Maravilhosa do Rio de Janeiro; Exmo. Sr. Vice-Almirante Maximiliano Eduardo S. Fonseca, Comandante do 1.º Distrito Naval; Exmo. Sr. Major-Brigadeiro Mário Paglioli de Lucena, Comandante da 3.ª Zo-

na Aérea; Exmo. Sr. General Edmundo da Costa Neves, Comandante da 1.ª Região Militar, representando S. Exa. o General Reinaldo de Almeida, Comandante do I Exército; Exmos. Presidentes das Assembléias Legislativas e de todos os rincões do Brasil que aqui compareceram, para honra nossa; Ilustríssimos membros do Corpo Consular; Exmos. Senadores, Deputados Federais; Exmos. Secretários de Estado e dos Municípios, Ilustríssimos Senhores Diretores de Agremiações Esportivas deste Estado; Excelentíssimos Senhores Parlamentares; Srs. Servidores do Poder Legislativo; meus caros e estimados colegas, Deputados Constituintes; Digníssimas autoridades federais, estaduais, militares, civis, presentes e representadas; Ilustríssimos Senhores Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais do nosso Estado:

Seguimos o conselho que está nas Escrituras. “E o Senhor me disse: Tome um livro grande e escreva nele em estilo de homem”.

Como Presidente desta Assembléia Constituinte, em nome de sua Mesa Diretora e dos Senhores Deputados que a integram, declaro promulgada a Constituição do Estado do Rio de Janeiro.”

Terminada a festa, o presidente da Constituinte Estadual, Deputado José Pinto, convidou os seguintes Deputados para assinarem a Carta:

José Pinto	Aluísio Gama
Jayme Campos	Amadeu Chácar
Jorge Lima	Frota Aguiar
Átila Nunes	Antônio Alexandre
Márcio Macedo	Antônio Gomes
Wilmar Palis	Antônio Gaspar
Jorge Leite	Astor Mello
Silvério do Espírito Santo	Darcy Rangel
Jorge David	Délio dos Santos
Sebastião Menezes	Dilson Alvarenga
Hélio Gomes	Edésio Frias
Fidélis Amaral	Edson Khair
Claudio Moacyr	Edson Guimarães
Luiz Fernando Linhares	Elcy de Carvalho
José Maria Duarte	Emmanuel Cruz
Sandra Cavalcanti	Saramago Pinheiro
Frederico Trotta	Feliciano Costa
Gilberto Rodriguez	Fernando Leandro
Alberto Dauaire	Flávio Palmier
Alberto Torres	Francisco Gama Lima
Aloysio Teixeira	Francisco Amaral

Francisco Lomelino  
 Silbert Sobrinho  
 Frederico Padilha  
 Geraldo Araújo  
 Geraldo Di Biase  
 Geraldo André  
 Gil Marques  
 Heitor Furtado  
 Henrique Pessanha  
 Hilza Maurício da Fonseca  
 Ítalo Bruno  
 Jair Costa  
 Ruy Queiroz  
 Joaquim Joia  
 Joel Vivas  
 Jorge Bedran  
 Alves de Brito  
 Flores da Cunha  
 José Vaz  
 José Nader  
 José Miguel  
 Victorino James  
 Josias Ávila  
 Júlio Louzada  
 Juvêncio Sant'Anna  
 Lázaro de Carvalho

Luiz Carlos Cruz  
 Luiz Carlos Soares  
 Marcelo Drable  
 Maria Rosa  
 Mário Saladini  
 Maurício Pinkusfeld  
 Nadyr de Oliveira  
 Nestor Nascimento  
 Odair Gama  
 Osiris de Paiva  
 Otime dos Santos  
 Paschoal Cittadino  
 Paulo Nascimento  
 Paulo Albertaz  
 Paul Pfeil  
 Paulo Duque  
 Pedro Fernandes  
 Pedro Ferreira da Silva  
 Rubens Ferraz  
 Salomão Filho  
 Sandra Salim  
 Sérgio Maranhão  
 Sílvio Lessa  
 Sant'Anna Filho  
 Valdílio Vilas Boas  
 Waldir Costa



**LUIZ EDUARDO REZENDE**, 50 anos, é jornalista do *Jornal do Brasil*. Carioca do subúrbio do Riachuelo, botafoguense de coração, salgueirense por opção, fez do futebol, do samba e da política suas grandes paixões. Conhecedor profundo da cidade do Rio de Janeiro, foi repórter de *O Globo* e colunista de *O Dia*.

Iniciou sua carreira profissional em 1965, no antigo prédio do *Jornal do Brasil*, na Avenida Rio Branco. Foi repórter, subeditor nacional e redator da *Agência JB*. Em 1972, transferiu-se para *O Globo*, onde trabalhou dez anos como repórter especial e coordenador de reportagem de suplementos e de serviços. Em 1982, voltou para o *JB*, onde depois de quase um ano como redator voltou à reportagem.

A experiência como repórter levou Luiz Eduardo Rezende ao jornalismo político e, mais tarde, ao colunismo diário. Na editoria política do *Jornal do Brasil* participou das coberturas de várias eleições. Foi responsável também por coberturas internacionais, como as do terremoto da Nicarágua, em 72, da guerrilha em El Salvador, em 84, da Copa do Mundo de 90, na Itália, e da recente tentativa de golpe militar na Venezuela.

Luiz Eduardo Rezende integrou a equipe que reformulou o jornal *O Dia*, onde trabalhou de 1987 até 1991. Foi editor de política e da coluna *Informe do Dia*, a única no Estado durante quatro anos a se preocupar prioritariamente com os problemas do Rio de Janeiro.

De volta ao *Jornal do Brasil*, em 91, Luiz Eduardo Rezende é repórter especial e trabalha para todas as editorias do jornal. Como profundo conhecedor da política do Estado, foi convidado para escrever *O Pensamento dos Constituintes de 75*, um dos livros editados pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para comemorar o bicentenário da morte de Tiradentes.



*Figuração do centro principal da cidade do Rio de Janeiro, nos idos de 1860, onde se vê, já edificada, a Igreja de São José, o Palácio do Governo entre os dois prédios, o que foi a Câmara dos Deputados do Distrito Federal e, anteriormente, a Cadeia Velha, onde Tiradentes esteve preso e de onde saiu para ser enforcado no dia 21 de abril de 1792.*

*Foto de litografia publicada no jornal inglês "The London Illustrated", em 20 de outubro de 1860.*

A história parlamentar do Brasil não começou com a instalação da Primeira Assembléia Nacional Constituinte, em 1823, no local onde funcionou a Cadeia Velha, hoje Palácio Tiradentes. Foi muito antes, quando uma delegação de deputados brasileiros foi às Cortes Portuguesas, onde a representação brasileira teve o maior destaque. O quadro de Fiuza Guimarães retrata "o primeiro capítulo de nossa história parlamentar". Ali, sobranceira, se destaca a figura de Antonio Carlos, um dos Andradas, quando assediado por apertes, dizia enfaticamente: "Desta tribuna até os reis têm que me ouvir"...

A fala de Antonio Carlos definia o princípio da soberania do Poder Legislativo, legitimamente eleito pelo voto direto, secreto e universal, podendo assim representar, com fidelidade, os verdadeiros anseios de Liberdade, Igualdade, Fraternidade, que legitimam o exercício do poder.

